



Passa com **facilidade** no
Exame de Suficiência



contabilidade
facilitada

PROVA COMENTADA

EXAME CFC 2025.1

Olá, pessoal! Tudo bem?

Aqui é Professor Gabriel Rabelo.

A seguir, apresentamos a correção do Exame CFC 2025.1: a primeira edição feita pela Fundação Getúlio Vargas.

Comentamos a prova em nossa sede mesmo antes da divulgação do gabarito preliminar, para que vocês tenham acesso o quanto antes. Assim que tivermos o Gabarito Definitivo, iremos atualizar vocês!

A Escola Contábil é o maior preparatório do país quando o assunto é Exame de Suficiência.

Em todas as edições, aprovamos milhares de alunos.

Comece agora mesmo a sua preparação para a próxima edição.

Se você quer obter o seu registro profissional de uma vez por todas, então a Escola Contábil Pro contém absolutamente tudo o que você precisa para obter a sua aprovação:

- Curso completo em vídeo (do zero ao avançado)
- Curso Express para quem não possui tanto tempo para estudar (todo o conteúdo em 50 horas)
- Site de questões exclusivo para o Exame de Suficiência, com todas as questões realizadas pela FGV e pela Consulplan comentadas.
- Gerenciador de Estudos online indicando tudo o que você precisa estudar dia após dia.
- Mais de 60 horas de provas comentadas.
- Monitorias.
- Fórum de dúvidas, simulados e muito mais.

Somos o curso que mais aprova no Exame de Suficiência e por um motivo: tratamos o Exame de Suficiência com a seriedade que ele merece.

Além disso, você tem cursos para todos os setores de um escritório contábil, além de Imposto de Renda, MEI, BPO financeiro, captação de clientes e muito mais.

Por isso, venha conhecer a Escola Contábil Pro.

Se restar alguma dúvida, nosso time está à disposição para ajudar.

CONHEÇA A MAIOR ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DO PAÍS

1. SUMÁRIO

Questão 1	5
Questão 2	6
Questão 3	7
Questão 4	8
Questão 5	9
Questão 6	11
Questão 7	12
Questão 8	13
Questão 9	14
Questão 10	16
Questão 11	17
Questão 12	17
Questão 13	19
Questão 14	20
Questão 15	21
Questão 16	22
Questão 17	23
Questão 18	24
Questão 19	25
Questão 20	26
Questão 21	27
Questão 22	29
Questão 23	30
Questão 24	31
Questão 25	32
Questão 26	33
Questão 27	35
Questão 28	36
Questão 29	37

Questão 30	37
Questão 31	38
Questão 32	39
Questão 33	40
Questão 34	41
Questão 35	42
Questão 36	43
Questão 37	44
Questão 38	46
Questão 39	47
Questão 40	48
Questão 41	50
Questão 42	51
Questão 43	52
Questão 44	53
Questão 45	53
Questão 46	55
Questão 47	56
Questão 48	57
Questão 49	57
Questão 50	58

QUESTÕES COMENTADAS – PROVA TIPO 4

Questão 1

Um famoso escritor falou sobre a leitura:

"A leitura é para a mente o que a ginástica é para o corpo."

Com essa frase, o autor quer dizer que:

- (A) exercícios físicos devem ser feitos todos os dias.
- (B) a leitura, como a ginástica, deve ser feita diariamente.
- (C) a leitura enriquece o nosso conhecimento.
- (D) exercícios físicos e leitura fortalecem o corpo.

Comentários:

A frase apresentada faz uma **analogia** entre a leitura e a ginástica, indicando que a leitura exerce na mente um papel semelhante ao da ginástica no corpo. A pergunta solicita a interpretação correta dessa analogia.

Análise das Alternativas:

(A) "Exercícios físicos devem ser feitos todos os dias."

Apesar de estar relacionada à ideia de ginástica, a frase não aborda a frequência dos exercícios ou da leitura. Portanto, esta alternativa está incorreta, pois não reflete a essência da analogia.

(B) "A leitura, como a ginástica, deve ser feita diariamente."

Esta alternativa faz uma associação direta com a ideia de regularidade, que está implícita na comparação com a ginástica. Contudo, a frase original foca mais no **benefício da leitura para a mente** do que na frequência da prática. Ainda assim, é uma possível interpretação.

(C) "A leitura enriquece o nosso conhecimento."

Esta é a essência da analogia: a leitura fortalece e enriquece a mente, assim como a ginástica fortalece o corpo. É a alternativa que melhor capta o significado da frase, pois enfatiza o impacto positivo da leitura na mente. **(CORRETA)**

(D) "Exercícios físicos e leitura fortalecem o corpo."

Esta alternativa está incorreta, pois foca no fortalecimento do corpo, ignorando o benefício da leitura para a mente, que é o ponto central da analogia.

Resposta correta: (C) "A leitura enriquece o nosso conhecimento."

A alternativa **C** interpreta com precisão o propósito da analogia, destacando o papel da leitura como um exercício mental que promove enriquecimento intelectual.

GABARITO: C

Questão 2

Um cartaz, na porta de um supermercado, dizia:

"Compre hoje! Amanhã pode estar mais caro!"

Esse cartaz:

- (A) aconselha o cliente a economizar.
- (B) dá ordem ao cliente para ganhar tempo.
- (C) chama a atenção do cliente para a possível falta de produtos.
- (D) pretende ensinar o cliente a controlar seu orçamento.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa com base na frase do cartaz:

Frase: *"Compre hoje! Amanhã pode estar mais caro!"*

O cartaz sugere que o preço do produto pode aumentar no futuro e recomenda ao cliente comprar imediatamente para evitar pagar mais caro. Vamos analisar as alternativas com base nessa mensagem.

Analisando as alternativas:

(A) Aconselha o cliente a economizar.

• **Essa é a alternativa correta!** O cartaz sugere que, ao comprar "hoje", o cliente está economizando, evitando o aumento do preço no futuro. A frase foca na ideia de uma oportunidade de economia imediata, levando o cliente a pensar que, ao comprar agora, ele estará evitando uma despesa maior no futuro.

(B) Dá ordem ao cliente para ganhar tempo.

• O cartaz não está falando sobre "ganhar tempo", mas sim sobre uma urgência para comprar imediatamente, com a possibilidade de o preço subir amanhã. A frase não sugere um pedido de "ganho de tempo", mas uma recomendação de não procrastinar a compra. Portanto, essa alternativa está incorreta.

(C) Chama a atenção do cliente para a possível falta de produtos.

• O cartaz não menciona a falta de produtos em estoque, mas sim o aumento do preço. Ele está tratando da ideia de que o preço pode subir, e não que os produtos possam se esgotar. Logo, essa alternativa está errada.

(D) Pretende ensinar o cliente a controlar seu orçamento.

• O cartaz não faz uma recomendação sobre como controlar o orçamento do cliente. O foco é em aproveitar a oportunidade de comprar antes do preço subir. Ele não aborda diretamente questões de planejamento financeiro ou controle de orçamento. Portanto, essa alternativa também está incorreta.

Resposta correta: (A) Aconselha o cliente a economizar.

GABARITO: A

Questão 3

Em 2023, uma universidade tradicional que, até então, só ofertava cursos presenciais de graduação, resolveu se arriscar em um novo projeto. Tratava-se da abertura de seu primeiro curso 100% à distância a ser disponibilizado ao mercado. Para tal, ainda em 2023, foram investidos R\$ 100.000,00 para a estruturação do referido curso.

Além disso, foram estimadas despesas e receitas anuais conforme dados apresentados na sequência:

Ano	Receitas	Despesas
2024	R\$ 50.000,00	R\$ 35.000,00
2025	R\$ 65.000,00	R\$ 30.000,00
2026	R\$ 80.000,00	R\$ 30.000,00
2027	R\$ 90.000,00	R\$ 20.000,00
2028	R\$ 90.000,00	R\$ 20.000,00

Considerando as informações apresentadas, é possível determinar que o payback simples ocorreu em:

- (A) 2025.
- (B) 2026.
- (C) 2027.
- (D) 2028.

Comentários:

Vamos analisar as alternativas e os dados apresentados.

Analisando o cálculo do payback simples:

O **payback simples** é o tempo necessário para que o investimento inicial seja recuperado com base nas receitas líquidas (receitas - despesas) anuais. O valor inicial do investimento foi de R\$ 100.000,00.

Cálculo das receitas líquidas por ano:

- **2024:** R\$ 50.000,00 - R\$ 35.000,00 = R\$ 15.000,00
- **2025:** R\$ 65.000,00 - R\$ 30.000,00 = R\$ 35.000,00
- **2026:** R\$ 80.000,00 - R\$ 30.000,00 = R\$ 50.000,00
- **2027:** R\$ 90.000,00 - R\$ 20.000,00 = R\$ 70.000,00
- **2028:** R\$ 90.000,00 - R\$ 20.000,00 = R\$ 70.000,00

Total acumulado das receitas líquidas:

- **2024:** R\$ 15.000,00 (investimento restante: R\$ 100.000,00 - R\$ 15.000,00 = R\$ 85.000,00)
- **2025:** R\$ 15.000,00 + R\$ 35.000,00 = R\$ 50.000,00 (investimento restante: R\$ 85.000,00 - R\$ 35.000,00 = R\$ 50.000,00)

- **2026:** R\$ 50.000,00 + R\$ 50.000,00 = R\$ 100.000,00 (investimento restando: R\$ 50.000,00 - R\$ 50.000,00 = R\$ 0,00)

O **payback simples** ocorre em **2026**, pois é nesse ano que o valor investido (R\$ 100.000,00) é totalmente recuperado.

Analisando as alternativas:

(A) 2025. ❌

• Em 2025, o investimento não é totalmente recuperado, pois o valor acumulado até esse ano foi de R\$ 50.000,00, ainda restando R\$ 50.000,00. Portanto, a alternativa está incorreta.

(B) 2026. ✅

• O valor do investimento de R\$ 100.000,00 é totalmente recuperado em 2026, quando a soma das receitas líquidas acumuladas atinge R\$ 100.000,00. Portanto, essa é a alternativa correta.

(C) 2027. ❌

• O investimento já é recuperado em 2026, então não há necessidade de chegar até 2027. Essa alternativa está incorreta.

(D) 2028. ❌

• O payback já ocorre em 2026, portanto, 2028 está fora do período necessário para a recuperação do investimento. A alternativa está incorreta.

Resposta correta: (B) 2026

GABARITO: B

Questão 4

Uma caixa contém seis bolas brancas e quatro bolas azuis, todas de mesmo tamanho.

Se sortearmos ao acaso 3 dessas bolas, sem reposição, a probabilidade de que todas sejam brancas é igual a:

- (A) 1/3.
- (B) 1/4.
- (C) 1/5.
- (D) 1/6.

Comentários:

Vamos resolver essa questão passo a passo, analisando cada alternativa.

Passo 1: Identificar os dados do problema

Temos uma caixa com um total de **10 bolas**:

- **6 brancas**
- **4 azuis**

Queremos calcular a **probabilidade de sortear 3 bolas brancas sem reposição**.

Passo 2: Calcular a probabilidade

A probabilidade de tirar 3 bolas brancas em sequência pode ser calculada como:

1. **Probabilidade de tirar a primeira bola branca:**

$$P(B1) = 6/10$$

2. **Probabilidade de tirar a segunda bola branca** (sabendo que já tiramos uma branca):

$$P(B2|B1)=5/9$$

3. **Probabilidade de tirar a terceira bola branca** (sabendo que já tiramos duas brancas):

$$P(B3|B1,B2)=4/8$$

Agora, multiplicamos essas probabilidades:

$$\begin{aligned} P(B1 \cap B2 \cap B3) &= \frac{6}{10} \times \frac{5}{9} \times \frac{4}{8} \\ &= \frac{6 \times 5 \times 4}{10 \times 9 \times 8} \\ &= \frac{120}{720} = \frac{1}{6} \end{aligned}$$

Portanto, a resposta correta é a **alternativa (D) 1/6**.

Comentando as alternativas

(A) 1/3 ❌

- Esse valor é muito alto. Se fosse 1/3, significaria que há uma chance relativamente grande de tirar 3 bolas brancas, o que não faz sentido considerando que quase metade das bolas são azuis.

(B) 1/4 ❌

- Esse valor é próximo, mas ainda assim está errado. O cálculo exato nos leva a 1/6, não 1/4.

(C) 1/5 ❌

- Essa alternativa também é incorreta. O cálculo correto nos mostra que a chance de tirar 3 bolas brancas é menor do que 1/5.

(D) 1/6 ✅

- Correta! Como demonstrado no cálculo, essa é a resposta correta.

GABARITO: D

Questão 5

A empresa Alfa Indústria Ltda. realizou, ao final do mês de julho, o levantamento de suas obrigações tributárias, verificando os seguintes tributos devidos:

- ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços): incidente sobre as operações de vendas realizadas no período.
- ISS (Imposto sobre Serviços): devido pelos serviços prestados.
- IRPJ (Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas): apurado sobre a renda tributável do exercício.

Com base nessas informações, a contabilidade da empresa elaborou um demonstrativo das obrigações tributárias a pagar.

De acordo com os conceitos de obrigação tributária e tributo, assinale a afirmativa correta:

- (A) O ISS e o ICMS são impostos de mesma competência tributária, pois ambos são devidos aos Estados.
- (B) A obrigação tributária principal consiste no pagamento do tributo devido, enquanto a obrigação tributária acessória está relacionada a deveres instrumentais, como a emissão de notas fiscais e declarações ao Fisco.
- (C) O IRPJ, por ser um imposto sobre a renda, é classificado como um tributo indireto, pois seu ônus pode ser repassado ao consumidor.
- (D) O fato gerador do ICMS ocorre quando a empresa apura seus lucros ao final do exercício contábil.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa com base nos conceitos de tributo e obrigação tributária.

Analisando as alternativas:

(A) O ISS e o ICMS são impostos de mesma competência tributária, pois ambos são devidos aos Estados.



• O ISS (Imposto sobre Serviços) é de competência **municipal**, ou seja, é devido aos **municípios**, enquanto o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) é de competência **estadual**, ou seja, é devido aos **estados**. Portanto, essa alternativa está incorreta.

(B) A obrigação tributária principal consiste no pagamento do tributo devido, enquanto a obrigação tributária acessória está relacionada a deveres instrumentais, como a emissão de notas fiscais e declarações ao Fisco. ✓

• Esta alternativa está correta. A **obrigação tributária principal** está relacionada ao pagamento do tributo devido (como o ICMS, ISS e IRPJ). Já as **obrigações tributárias acessórias** estão relacionadas a deveres formais e instrumentais, como o preenchimento de declarações, a emissão de notas fiscais e o cumprimento de outros requisitos legais que ajudam na fiscalização do tributo. Essa é a definição correta de obrigação tributária acessória e principal.

(C) O IRPJ, por ser um imposto sobre a renda, é classificado como um tributo indireto, pois seu ônus pode ser repassado ao consumidor. ✗

• O IRPJ (Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas) é um **tributo direto**, ou seja, o ônus do pagamento recai diretamente sobre a pessoa jurídica (empresa), e não sobre o consumidor. Tributos indiretos, como o ICMS, podem ser repassados ao consumidor final, mas o IRPJ não é um tributo indireto. Portanto, essa alternativa está incorreta.

(D) O fato gerador do ICMS ocorre quando a empresa apura seus lucros ao final do exercício contábil. ✗

• O **fato gerador do ICMS** ocorre quando há uma **circulação de mercadorias**, ou seja, quando a mercadoria é vendida ou transferida, e não quando a empresa apura seus lucros ao final do exercício contábil. O ICMS está relacionado à operação de venda de mercadorias e não ao resultado final da empresa. Portanto, essa alternativa está incorreta.

Resposta correta: (B) A obrigação tributária principal consiste no pagamento do tributo devido, enquanto a obrigação tributária acessória está relacionada a deveres instrumentais, como a emissão de notas fiscais e declarações ao Fisco.

GABARITO: B

Questão 6

Entre as limitações ao poder de tributar, previstas na Constituição Federal de 1988, estão os princípios gerais do Direito Tributário que, além de estabelecer limites ao poder de tributar, garantem segurança jurídica e justiça fiscal. Sobre esse tema, assinale a afirmativa correta:

- (A) O princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena estabelece que nenhum tributo pode ser cobrado antes de decorridos 90 dias da data da publicação da sua instituição ou majoração, exceto as contribuições sociais, que podem ser exigidas imediatamente.
- (B) O princípio da legalidade tributária determina que nenhum tributo pode ser instituído ou majorado sem previsão em lei complementar.
- (C) O princípio da isonomia garante tratamento igualitário a todos que se encontram em situação equivalente, sendo proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- (D) O princípio da irretroatividade veda a aplicação da lei a ato ou fato pretérito, ainda que a lei seja expressamente interpretativa.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa com base nos princípios constitucionais do Direito Tributário.

Analisando as alternativas:

(A) O princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena estabelece que nenhum tributo pode ser cobrado antes de decorridos 90 dias da data da publicação da sua instituição ou majoração, exceto as contribuições sociais, que podem ser exigidas imediatamente. ✘

• O **princípio da anterioridade noventena** estabelece que o tributo não pode ser cobrado no exercício financeiro em que a lei que o institui ou majora foi publicada, ou seja, deve haver um intervalo de **90 dias**. Contudo, essa limitação não exclui as contribuições sociais. As **contribuições sociais** também devem observar o princípio da anterioridade, salvo em casos excepcionais como contribuições de financiamento da seguridade social (para a seguridade social). Portanto, a alternativa está incorreta.

(B) O princípio da legalidade tributária determina que nenhum tributo pode ser instituído ou majorado sem previsão em lei complementar. ✘

• O **princípio da legalidade** estabelece que **nenhum tributo pode ser instituído ou majorado sem previsão em lei**, mas não necessariamente em **lei complementar**. A Constituição permite que tributos sejam criados ou majorados por **lei ordinária**, exceto nos casos em que a Constituição exige uma **lei complementar**, como no caso de certos tributos e normas específicas. Portanto, essa alternativa está incorreta.

(C) O princípio da isonomia garante tratamento igualitário a todos que se encontram em situação equivalente, sendo proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles

exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos. ✓

• O **princípio da isonomia** trata do **tratamento igualitário** para todos que se encontram em situação equivalente, sendo vedadas distinções **discriminatórias** em razão de ocupação profissional, função ou qualquer outro critério irrelevante para a tributação. Este princípio garante que as pessoas em situações semelhantes sejam tratadas de forma igual, o que está em conformidade com o princípio da justiça fiscal. Portanto, esta alternativa está correta.

(D) O princípio da irretroatividade veda a aplicação da lei a ato ou fato pretérito, ainda que a lei seja expressamente interpretativa. ✗

• O **princípio da irretroatividade** veda a aplicação de novas leis a **atos passados**. No entanto, as leis **interpretativas** podem, sim, ser aplicadas retroativamente, ou seja, a atos e fatos anteriores à sua publicação, quando se destinam a esclarecer a interpretação da norma anterior. Portanto, essa alternativa está incorreta.

Resposta correta: (C) O princípio da isonomia garante tratamento igualitário a todos que se encontram em situação equivalente, sendo proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

GABARITO: C

Questão 7

Avalie se os princípios da Administração Pública incluem:

- I. a legalidade;
- II. a moralidade;
- III. a livre concorrência;
- IV. a publicidade.

São de fato princípios da Administração Pública os itens:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

Comentários:

Vamos analisar cada item de acordo com os princípios da Administração Pública, previstos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

Analisando os itens:

I. A legalidade

• O **princípio da legalidade** estabelece que a administração pública só pode fazer o que a lei autoriza. Ele está claramente previsto no artigo 37 da Constituição Federal, e é um princípio fundamental da Administração Pública.

II. A moralidade

• O **princípio da moralidade** exige que os atos administrativos sejam não apenas legais, mas também moralmente aceitáveis, seguindo os padrões éticos da sociedade. Também está expresso no artigo 37 da Constituição e é, portanto, um princípio da Administração Pública.

III. A livre concorrência

• Embora o **princípio da livre concorrência** seja importante no contexto de licitações, ele não é um princípio geral da Administração Pública conforme expresso no artigo 37 da Constituição Federal. A livre concorrência é mais aplicável no direito econômico, especialmente em processos licitatórios, mas não é um princípio geral da Administração Pública.

IV. A publicidade

• O **princípio da publicidade** garante a transparência dos atos administrativos e é expresso no artigo 37 da Constituição. Ele é, portanto, um princípio da Administração Pública.

Analisando as alternativas:

(A) I e II, apenas. ✗

• Esta alternativa está incorreta, pois o **princípio da publicidade** também é um princípio da Administração Pública, como vimos na análise.

(B) II, III e IV, apenas. ✗

• Esta alternativa está incorreta, pois o **princípio da livre concorrência** não é um princípio geral da Administração Pública, conforme explicado.

(C) I, II e IV, apenas. ✔

• Esta alternativa está correta. Os princípios da **legalidade**, **moralidade** e **publicidade** são princípios da Administração Pública, conforme estabelecido pela Constituição Federal.

(D) I, II, III e IV. ✗

• Esta alternativa está incorreta porque o **princípio da livre concorrência** não é um princípio geral da Administração Pública, conforme explicado.

Resposta correta: (C) I, II e IV, apenas.

GABARITO: C

Questão 8

A NBC PG 01 tem por objetivo fixar a conduta do contador, quando no exercício da sua atividade e nos assuntos relacionados à profissão e à classe.

Com base na NBC PG 01, é correto afirmar que o contador pode:

(A) se utilizar de posição ocupada em entidades de classe para benefício próprio ou para proveito pessoal.

(B) fazer afirmações desproporcionais sobre os serviços que oferece, sua capacitação ou sobre a experiência que possui.

(C) se apropriar de trabalhos, iniciativas ou de soluções encontradas por colegas, que deles não tenha participado, apresentando-os como próprios.

(D) indicar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, os títulos, as especializações, os serviços oferecidos, os trabalhos realizados e a relação de clientes, quando ela for autorizada por eles.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa de acordo com os princípios estabelecidos pela **NBC PG 01** (Norma Brasileira de Contabilidade de Prática Geral), que trata das normas de conduta e ética do contador:

Analisando as alternativas:

(A) Se utilizar de posição ocupada em entidades de classe para benefício próprio ou para proveito pessoal. ✘

• A **NBC PG 01** proíbe práticas que envolvam **conflito de interesse** ou o uso da posição profissional para **benefício próprio**. O contador não pode usar sua posição em entidades de classe de forma que gere proveito pessoal ou benefícios indevidos. Portanto, essa alternativa está incorreta.

(B) Fazer afirmações desproporcionais sobre os serviços que oferece, sua capacitação ou sobre a experiência que possui. ✘

• De acordo com a **NBC PG 01**, o contador deve **evitar qualquer forma de exagero ou falsa representação** sobre suas capacidades ou experiência profissional. Fazer afirmações desproporcionais sobre seus serviços ou qualificações vai contra os princípios de **ética e transparência** da profissão. Logo, essa alternativa também está incorreta.

(C) Se apropriar de trabalhos, iniciativas ou de soluções encontradas por colegas, que deles não tenha participado, apresentando-os como próprios. ✘

• A **NBC PG 01** proíbe o contador de **se apropriar** de trabalhos ou soluções de outros profissionais e apresentá-los como próprios. Isso é uma violação grave da ética profissional. Portanto, esta alternativa está incorreta.

(D) Indicar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, os títulos, as especializações, os serviços oferecidos, os trabalhos realizados e a relação de clientes, quando ela for autorizada por eles.



• A **NBC PG 01** permite que o contador faça **divulgação de suas qualificações e serviços**, desde que isso seja feito de maneira ética e com a **autorização** dos clientes, especialmente no caso da **divulgação de sua relação de clientes**. Isso é permitido, desde que respeite os limites éticos e legais. Portanto, essa alternativa está correta.

Resposta correta: (D) Indicar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, os títulos, as especializações, os serviços oferecidos, os trabalhos realizados e a relação de clientes, quando ela for autorizada por eles.

GABARITO: D

Questão 9

De acordo com o CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR em seu item 3:

"Este código de ética profissional do contador se aplica também ao ----, no exercício de suas prerrogativas profissionais."

A lacuna fica corretamente preenchida por:

- (A) empresário contábil.
- (B) técnico em contabilidade.
- (C) administrador de empresas.
- (D) gestor financeiro.

Comentários:

Vamos analisar as alternativas de acordo com o que o **Código de Ética Profissional do Contador** estabelece.

Analisando as alternativas:

(A) Empresário contábil. ✗

• O **empresário contábil** é alguém que tem uma empresa na área contábil, mas o Código de Ética Profissional do Contador não se aplica diretamente ao empresário contábil, pois ele não é o responsável direto pelas práticas contábeis, mas sim o profissional da contabilidade que realiza as atividades.

(B) Técnico em contabilidade. ✔

• O **técnico em contabilidade** é diretamente regulado pelo Código de Ética Profissional do Contador, pois ele exerce atividades contábeis e deve seguir as normas de conduta ética da profissão. Portanto, a lacuna se preenche corretamente com "técnico em contabilidade".

(C) Administrador de empresas. ✗

• O **administrador de empresas** pode trabalhar em áreas de gestão, mas o Código de Ética Profissional do Contador não se aplica diretamente a ele, uma vez que ele não é um contador ou um técnico em contabilidade.

(D) Gestor financeiro. ✗

• O **gestor financeiro** trabalha na área de gestão de finanças, mas o código de ética do contador não se aplica diretamente a esse profissional, já que ele não atua diretamente no campo contábil de acordo com o Código de Ética.

Resposta correta: (B) Técnico em contabilidade.

GABARITO: B

Questão 10

Um supermercado funciona na região sul do país. Em maio de 2024, devido às fortes chuvas, o supermercado perdeu todo o seu estoque. Nas demonstrações contábeis mensais, em 31/05/24, o supermercado optou por baixar todo o estoque, mesmo sem ter recebido um laudo oficial, de modo a tornar as demonstrações mais úteis aos tomadores de decisões.

A informação apresenta a seguinte característica qualitativa:

- (A) neutralidade.
- (B) materialidade.
- (C) verificabilidade.
- (D) tempestividade.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa com base nas **características qualitativas da informação contábil**.

Analisando as alternativas:

(A) Neutralidade. ✘

• O princípio da **neutralidade** exige que a informação contábil seja livre de viés, ou seja, não deve ser manipulada para influenciar decisões de forma intencional. No caso em questão, o supermercado tomou a decisão de ajustar o estoque sem a comprovação oficial, o que pode ser interpretado como uma escolha que influencia a informação para parecer mais útil, não necessariamente neutra. Portanto, esta alternativa está incorreta.

(B) Materialidade. ✘

• O princípio da **materialidade** está relacionado à relevância das informações, ou seja, os itens devem ser reportados se tiverem um impacto significativo nas demonstrações financeiras. Embora o impacto da perda de estoque seja relevante, a questão não está tratando diretamente de uma decisão sobre o impacto material de um evento, mas sim de uma escolha de apresentação sem comprovação formal. Logo, essa alternativa está incorreta.

(C) Verificabilidade. ✘

• O princípio da **verificabilidade** exige que as informações possam ser confirmadas por evidências objetivas, como laudos ou documentos. No caso, a decisão de baixar o estoque foi tomada sem um laudo oficial, o que compromete a **verificabilidade**. Logo, essa alternativa está incorreta.

(D) Tempestividade. ✔

• O princípio da **tempestividade** refere-se à necessidade de que a informação seja fornecida em tempo hábil, para que seja útil para os tomadores de decisão. O supermercado optou por baixar o estoque imediatamente após o evento das chuvas, o que reflete uma tentativa de fornecer informações atuais e úteis para os tomadores de decisões, mesmo sem a confirmação formal (laudo). Portanto, a alternativa **D** é a correta.

Resposta correta: (D) Tempestividade.

GABARITO: D

Questão 11

De acordo com a **NBC TG Estrutura Conceitual - ESTRUTURA CONCEITUAL PARA RELATÓRIO FINANCEIRO**, as demonstrações contábeis consolidadas fornecem informações sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas:

- (A) apenas das controladas.
- (B) apenas da controladora.
- (C) da controladora e de suas controladas, como entidades independentes.
- (D) da controladora e de suas controladas, como uma única entidade que reporta.

Comentários:

Vamos analisar as alternativas com base na **Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**.

Analisando as alternativas:

(A) Apenas das controladas. ❌

• As demonstrações contábeis consolidadas não se limitam apenas às **controladas**. Elas incluem também a **controladora**, e o objetivo é fornecer uma visão global da situação financeira do **grupo econômico como um todo**. Portanto, esta alternativa está incorreta.

(B) Apenas da controladora. ❌

• As demonstrações consolidadas não se referem apenas à **controladora**. Elas devem incluir também as **controladas**, pois o objetivo é mostrar a situação financeira do **grupo** e não de uma única empresa. Logo, essa alternativa está incorreta.

(C) Da controladora e de suas controladas, como entidades independentes. ❌

• Nas demonstrações consolidadas, as entidades não são tratadas como **independentes**. Ao contrário, elas são consolidadas de forma que o grupo é tratado como uma única entidade, ou seja, **não se reporta às controladas como se fossem independentes**. Portanto, esta alternativa também está incorreta.

(D) Da controladora e de suas controladas, como uma única entidade que reporta. ✅

• A principal característica das **demonstrações contábeis consolidadas** é que elas fornecem uma visão financeira do **grupo** (controladora e controladas) como uma **única entidade**, ou seja, são tratadas de forma consolidada, eliminando transações intercompany (entre as entidades do grupo). Logo, essa alternativa é a correta.

Resposta correta: (D) Da controladora e de suas controladas, como uma única entidade que reporta.

GABARITO: D

Questão 12

De acordo com a **NBC TG Estrutura Conceitual - ESTRUTURA CONCEITUAL PARA RELATÓRIO FINANCEIRO**, patrimônio líquido é a participação nos ativos da entidade após:

- (A) a dedução de seus passivos.
- (B) a dedução de suas despesas.
- (C) o acréscimo de suas receitas.
- (D) o acréscimo de seus passivos.

Comentários:

Vamos analisar as alternativas com base na **Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**.

Analisando as alternativas:

(A) A dedução de seus passivos.

• O **patrimônio líquido** é definido como a **participação residual nos ativos** da entidade após **deduzir seus passivos**. Isso significa que o patrimônio líquido representa a parte dos ativos da empresa que pertence aos acionistas ou proprietários, depois de descontadas todas as obrigações (passivos) da empresa. Logo, esta é a alternativa correta.

(B) A dedução de suas despesas.

• As **despesas** afetam o resultado da empresa (lucro ou prejuízo), mas não estão diretamente relacionadas à definição do patrimônio líquido. O patrimônio líquido é determinado pela relação entre ativos e passivos, não pela dedução das despesas. Portanto, esta alternativa está incorreta.

(C) O acréscimo de suas receitas.

• O **acrécimo de receitas** afeta o lucro da empresa, mas não altera diretamente a definição de patrimônio líquido. O patrimônio líquido é a diferença entre ativos e passivos, não sendo influenciado diretamente pelo acréscimo de receitas. Portanto, essa alternativa também está incorreta.

(D) O acréscimo de seus passivos.

• O **acrécimo de passivos** aumentaria as obrigações da empresa, mas não altera o conceito de patrimônio líquido, que é a diferença entre ativos e passivos. O patrimônio líquido é o valor que sobra após a dedução dos passivos, não pelo acréscimo deles. Portanto, essa alternativa está incorreta.

Resposta correta: (A) A dedução de seus passivos.

GABARITO: A

Questão 13

Para que um passivo se qualifique para reconhecimento, é necessário haver não somente uma obrigação presente, mas também a probabilidade de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. No caso de uma Provisão, o reconhecimento se dá quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável uma necessária saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Em relação ao reconhecimento de um PASSIVO CONTINGENTE, de acordo com a NBC TG 25 (R2), é correto afirmar que

- (A) não é reconhecido e nem divulgado em notas explicativas.
- (B) não é reconhecido, mas é divulgado em notas explicativas.
- (C) é reconhecido e divulgado em notas explicativas.
- (D) é reconhecido, mas não é divulgado em notas explicativas.

Comentários:

Essa questão interpomos um recurso:

Interpomos recurso, solicitando anulação da questão, com base na ausência de informação essencial para a correta resolução, o que gera ambiguidade no gabarito e permite múltiplas interpretações, conforme fundamentos a seguir:

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a divulgação de um passivo contingente em notas explicativas depende da probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação:

“Passivo contingente é uma obrigação possível, decorrente de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou uma obrigação presente que não é reconhecida porque:

- a) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
- b) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.” (CPC 25)

Ou seja, para que seja possível avaliar se deve haver divulgação em notas explicativas, é imprescindível saber se a probabilidade de saída de recursos é “possível” ou “remota”.

Entretanto, a referida questão não apresenta essa informação, inviabilizando a correta aplicação do CPC 25 e abrindo margem para duas interpretações válidas:

Se a saída de recursos for possível, há divulgação em nota explicativa.

Se a saída de recursos for remota, não há divulgação nem reconhecimento.

Assim, tanto a alternativa A quanto a alternativa B poderiam ser consideradas corretas, dependendo da interpretação do aluno sobre uma informação não fornecida no enunciado, o que configura falta de clareza e ausência de dado técnico essencial.

Dessa forma, solicita-se a anulação da questão, por ambiguidade de gabarito e por ausência de informação imprescindível à resolução, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 25.

GABARITO: RECURSO

GABARITO BANCA: B

Questão 14

Segundo a NBC TG 26 (R5) - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, quando da elaboração de demonstrações contábeis, a administração deve avaliar a capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível, o que significa que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas no pressuposto da:

- (A) continuidade, a menos que a administração tenha a intenção de liquidar a entidade ou cessar seus negócios, ou ainda não possua uma alternativa realista senão a descontinuidade de suas atividades.
- (B) competência, sendo os itens reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, inclusive para a demonstração de fluxo de caixa.
- (C) materialidade e agregação, tendo a entidade que apresentar conjuntamente nas demonstrações contábeis cada classe material de itens semelhantes, aglutinando os de natureza ou função distinta mesmo que sejam materiais.
- (D) compensação de valores, ativos e passivos ou receitas e despesas devem ser compensados, exceto quando permitido exclusivamente por norma.

Comentários:

Vamos analisar as alternativas com base na **NBC TG 26 (R5)**.

Analisando as alternativas:

(A) Continuidade, a menos que a administração tenha a intenção de liquidar a entidade ou cessar seus negócios, ou ainda não possua uma alternativa realista senão a descontinuidade de suas atividades. ✓

• A **continuidade** é o pressuposto básico na elaboração das demonstrações contábeis. Isso significa que as demonstrações contábeis são preparadas com a suposição de que a entidade continuará em operação no futuro previsível. Caso a administração tenha a intenção de liquidar a entidade ou cessar suas atividades, ou não veja alternativas viáveis para sua continuidade, as demonstrações devem ser elaboradas com base em outro pressuposto. Portanto, essa é a alternativa correta.

(B) Competência, sendo os itens reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, inclusive para a demonstração de fluxo de caixa. ✗

• O princípio da **competência** é importante na contabilidade, mas ele não está relacionado ao pressuposto que determina a continuidade da entidade. A competência trata do reconhecimento de receitas e despesas no momento em que ocorrem, independentemente de quando ocorre o recebimento ou pagamento. Portanto, esta alternativa não é a correta.

(C) Materialidade e agregação, tendo a entidade que apresentar conjuntamente nas demonstrações contábeis cada classe material de itens semelhantes, aglutinando os de natureza ou função distinta mesmo que sejam materiais. ✘

• A **materialidade e agregação** trata do princípio de que a entidade deve agrupar informações de forma adequada, considerando sua importância e natureza. Porém, esse princípio não se refere diretamente à continuidade da operação da entidade. Portanto, essa alternativa está incorreta.

(D) Compensação de valores, ativos e passivos ou receitas e despesas devem ser compensados, exceto quando permitido exclusivamente por norma. ✘

• O princípio da **compensação** afirma que, em regra, não se deve compensar ativos com passivos, nem receitas com despesas, exceto quando autorizado por normas específicas. Esse princípio não está relacionado ao pressuposto de continuidade da entidade. Logo, essa alternativa também está incorreta.

Resposta correta: (A) Continuidade, a menos que a administração tenha a intenção de liquidar a entidade ou cessar seus negócios, ou ainda não possua uma alternativa realista senão a descontinuidade de suas atividades.

GABARITO: A

Questão 15

Sobre a classificação e mensuração de ativos não circulantes mantidos para a venda, de acordo com a **NBC TG 31 (R4) - ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA E OPERAÇÃO DESCONTINUADA**, analise as seguintes afirmativas:

I. Os ativos não circulantes mantidos para a venda, desde que satisfeitos os critérios de classificação, são realocados para o ativo circulante da entidade.

II. A classificação, a apresentação e a mensuração requeridas pela NBC TG 31 aplicáveis a ativo não circulante classificado como mantido para venda também se aplicam a ativo não circulante que seja classificado como destinado a ser distribuído aos sócios na sua condição de proprietários.

III. O ativo não circulante mantido para venda será mensurado pelo maior entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I, II e III.

Comentários:

Analisando as alternativas:

I. Os ativos não circulantes mantidos para a venda, desde que satisfeitos os critérios de classificação, são realocados para o ativo circulante da entidade. ✔

• De acordo com a **NBC TG 31 (R4)**, quando um ativo não circulante é classificado como mantido para venda e atende aos critérios necessários (como ser vendido no curto prazo), ele **deve ser reclassificado para o ativo circulante**. Portanto, a afirmativa I está correta.

II. A classificação, a apresentação e a mensuração requeridas pela NBC TG 31 aplicáveis a ativo não circulante classificado como mantido para venda também se aplicam a ativo não circulante que seja classificado como destinado a ser distribuído aos sócios na sua condição de proprietários. ✘

• A NBC TG 31 (R4) aplica-se apenas a ativos mantidos para venda e não se aplica a ativos destinados à distribuição aos sócios. Estes seguem outro tratamento contábil. Portanto, a afirmativa II está incorreta.

III. O ativo não circulante mantido para venda será mensurado pelo maior entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. ✔

• Segundo a NBC TG 31 (R4), o ativo não circulante mantido para venda deve ser mensurado pelo maior entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Portanto, a afirmativa III está correta.

Resposta correta: (B) II, somente.

GABARITO: B

Questão 16

A NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL descreve uma série de conceitos utilizados para a elaboração de relatórios financeiros para fins gerais. Relacione cada elemento a seguir com sua correta definição segundo a Estrutura Conceitual.

Elemento

- a. Despesa
- b. Patrimônio Líquido
- c. Receita

Definição

- I. Aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumento no patrimônio líquido.
- II. Reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido.
- III. Participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os elementos a, b e c correspondem, respectivamente, às definições:

- (A) II-III-I.
- (B) I-III-II.
- (C) II-I-III.
- (D) I-II-III.

Comentários:

Vamos analisar as alternativas com base nas definições:

a. Despesa

- A **despesa** é uma redução nos ativos ou um aumento nos passivos que resulta em uma **redução no patrimônio líquido**.
- Logo, a definição correta para **despesa** é a II.

b. Patrimônio Líquido

- O **patrimônio líquido** é a **participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos**.
- Portanto, a definição correta para **patrimônio líquido** é a III.

c. Receita

- A **receita** é um aumento nos ativos ou uma redução nos passivos que resulta em um **aumento no patrimônio líquido**.
- Assim, a definição correta para **receita** é a I.

Resposta correta: (A) II-III-I.

GABARITO: A

Questão 17

Segundo a **NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL**, para a representação dos relatórios financeiros ser fidedigna, ela precisa ser:

- (A) completa, neutra e isenta de erros.
- (B) confiável, tempestiva e com erros mínimos.
- (C) tempestiva, útil e comparável.
- (D) consistente, completa e compreensível.

Comentários:

Vamos analisar as alternativas com base na **NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL**:

A **representação fidedigna** nos relatórios financeiros exige que a informação apresentada seja **completa, neutra e isenta de erros**. Isso significa que as demonstrações contábeis devem refletir fielmente a realidade da entidade, sem distorções ou omissões.

Analisando as alternativas:**(A) Completa, neutra e isenta de erros. ✓**

• A **representação fidedigna** é um dos princípios essenciais segundo a **NBC TG Estrutura Conceitual**, e ela exige que a informação seja **completa, neutra** (sem tendenciosidade) e **isenta de erros**.

(B) Confiável, tempestiva e com erros mínimos. ✗

• Embora a confiabilidade seja importante, a representação fidedigna não exige simplesmente "erros mínimos", mas sim a total **ausência de erros**.

(C) Tempestiva, útil e comparável. ✗

• A tempestividade é um atributo da qualidade da informação, mas não é o foco principal para garantir a **fidedignidade**. O foco está em ser completa, neutra e isenta de erros.

(D) Consistente, completa e compreensível. ✗

• Embora a consistência e a compreensão sejam importantes, a **representação fidedigna** requer que a informação seja **neutra e isenta de erros**, não sendo suficiente apenas ser completa e compreensível.

Resposta correta: (A) completa, neutra e isenta de erros.

GABARITO: A

Questão 18

Uma empresa adquiriu uma máquina em 01/01/2020 pelo custo total de R\$ 240.000,00. No registro inicial da máquina no imobilizado, a empresa estimou a vida útil da máquina em 8 anos, sem valor residual. Na data da aquisição, a empresa iniciou a depreciação pelo método linear.

Em 31/12/2024, a empresa reavaliou a vida útil para 10 anos, aumentando em 2 anos a vida útil inicialmente estimada. Além disso, verificou que o valor residual da máquina passou a ser de R\$ 40.000,00. Com base exclusivamente nos dados acima apresentados, o valor anual da despesa de depreciação a ser contabilizada a partir das alterações ocorridas em 31/12/2024 deve ser de

- (A) R\$ 40.000,00.
- (B) R\$ 30.000,00.
- (C) R\$ 18.000,00.
- (D) R\$ 10.000,00.

Comentários:

A questão aborda a contabilização da depreciação de um ativo do imobilizado, com base no método linear e em alterações posteriores na estimativa de vida útil e valor residual, conforme previsto no CPC 27 – Ativo Imobilizado. No início, a empresa adquiriu uma máquina por R\$ 240.000,00 em 01/01/2020, estimando uma vida útil de 8 anos, sem valor residual, e iniciou a depreciação imediatamente, de forma linear. **Isso significa que a despesa anual de depreciação era de R\$ 30.000,00 (240.000 dividido por 8 anos), reconhecida a cada exercício até o final de 2024.**

Ao chegar em 31/12/2024, a empresa revisa sua estimativa contábil, estendendo a vida útil da máquina para 10 anos ao todo (ou seja, mais dois anos além dos 8 inicialmente previstos) e passando a considerar um valor residual de R\$ 40.000,00. É importante lembrar que, **segundo o CPC 27, revisões nas estimativas devem ser aplicadas prospectivamente, ou seja, a partir da data da alteração em diante, não sendo necessário reabrir períodos anteriores.**

Até 31/12/2024, a empresa já havia depreciado cinco anos da máquina, o que corresponde a R\$ 150.000,00 acumulados ($R\$ 30.000 \times 5$ anos). Assim, o valor contábil líquido da máquina nessa data era de R\$ 90.000,00. **Como a vida útil total passou a ser de 10 anos, e 5 anos já se passaram, restam ainda 5 anos para depreciar esse valor contábil residual. Contudo, com a introdução de um valor residual de R\$ 40.000,00, a nova base de cálculo da depreciação passa a ser R\$ 50.000,00 (R\$ 90.000 de valor contábil líquido menos R\$ 40.000 de valor residual).** Esse valor deve ser distribuído pelos 5 anos restantes, resultando em uma nova despesa anual de depreciação de R\$ 10.000,00. Portanto, com base nas novas estimativas vigentes a partir de 31/12/2024, o valor da depreciação a ser contabilizado anualmente nos anos seguintes será de R\$ 10.000,00.

GABARITO: B

Questão 19

Uma loja que vende produtos de escritório apresentava os seguintes saldos em 31/12/2023:

• Custo da mercadoria vendida (inclui os valores dos impostos recuperáveis):	R\$ 80.000,00
• Despesa de depreciação dos ativos imobilizados:	R\$ 15.000,00
• Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa:	R\$ 6.000,00
• Perdas por desvalorização dos ativos imobilizados:	R\$ 10.000,00
• Receita de contrato com clientes:	R\$ 200.000,00

Assinale a opção que indica o saldo do valor adicionado líquido produzido pela loja, apresentado em sua Demonstração do Valor Adicionado em 31/12/2023.

- (A) R\$ 89.000,00.
- (B) R\$ 114.000,00.
- (C) R\$ 104.000,00.
- (D) R\$ 194.000,00.

Comentários:

A DVA tem como objetivo evidenciar a riqueza gerada pela entidade e sua distribuição aos agentes econômicos (empregados, governo, financiadores e sócios). De acordo com o item 14 da norma, **o valor adicionado líquido produzido pela entidade é obtido a partir da receita bruta (incluindo tributos) menos os insumos adquiridos de terceiros, e menos a depreciação, amortização e exaustão.** No enunciado da questão, temos:

- Receita de contrato com clientes: R\$ 200.000
- CMV (com impostos recuperáveis): R\$ 80.000
- Depreciação: R\$ 15.000
- Perdas com crédito de liquidação duvidosa: R\$ 6.000
- Perdas por desvalorização dos ativos: R\$ 10.000

Para calcular o valor adicionado líquido produzido pela entidade (item 5 do modelo da NBC TG 09), seguimos os seguintes passos:

1. Começamos pela receita bruta, que já está informada: R\$ 200.000;
2. Subtraímos aqui a PECLD de R\$ 6.000, como dedução das receitas;
3. Agora, vamos aos insumos. Subtraímos o CMV de R\$ 80.000 e as perdas por desvalorização de ativos de R\$ 10.000 que, conforme o item 14 do CPC 09, também são incluídas como ajuste negativo. Aqui achamos o VALOR ADICIONADO BRUTO de R\$ R\$ 104.000;
4. Por fim, subtraímos a depreciação de R\$ 15.000, encontrando um VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE de R\$ 89.000.

Portanto, de acordo com o modelo da NBC TG 09 (R1), o valor adicionado líquido produzido pela entidade é R\$ 89.000, e esse é o valor que deve ser evidenciado na DVA como resultado da geração de riqueza no período.

GABARITO: A

Questão 20

Relacione as contas contábeis do balanço patrimonial apresentadas a seguir com seus respectivos grupos contábeis:

1. Empréstimos a pagar após 12 meses.
2. Contas a receber em 5 meses.
3. Contas a pagar em 3 meses.
4. Imóveis para uso por 10 anos.

- () Ativo Circulante.
() Ativo Não Circulante.
() Passivo Circulante.
() Passivo Não Circulante.

A relação correta, na ordem apresentada, é:

- (A) 4-2-1-3.
(B) 2-4-3-1.
(C) 3-1-2-4.
(D) 1-3-4-2.

Comentários:

Analisando cada item e a classificação correta:

1. Empréstimos a pagar após 12 meses:

- Empréstimos a pagar após 12 meses são classificados como Passivo Não Circulante, pois são obrigações que a empresa vai pagar após 12 meses.

Classificação: Passivo Não Circulante.

2. Contas a receber em 5 meses:

- Contas a receber em 5 meses são classificadas como Ativo Circulante, pois são recebíveis dentro de 12 meses.

Classificação: Ativo Circulante.

3. Contas a pagar em 3 meses:

- Contas a pagar em 3 meses são classificadas como Passivo Circulante, pois são obrigações que devem ser pagas dentro de 12 meses.

Classificação: Passivo Circulante.

4. Imóveis para uso por 10 anos:

- Imóveis para uso por 10 anos são classificados como Ativo Não Circulante, pois são bens que a empresa usará por mais de 12 meses.

Classificação: Ativo Não Circulante.

Analisando as alternativas:

(A) 4-2-1-3. ✗

- A ordem não corresponde corretamente às classificações de cada item.

(B) 2-4-3-1. ✓

- Contas a receber em 5 meses = Ativo Circulante (2).
- Imóveis para uso por 10 anos = Ativo Não Circulante (4).
- Contas a pagar em 3 meses = Passivo Circulante (3).
- Empréstimos a pagar após 12 meses = Passivo Não Circulante (1).

(C) 3-1-2-4. ✗

- A ordem não corresponde corretamente às classificações de cada item.

(D) 1-3-4-2. ✗

- A ordem não corresponde corretamente às classificações de cada item.

Resposta correta: (B) 2-4-3-1.

GABARITO: B

Questão 21

Em 01/09/2024, uma sociedade empresária localizada em Belo Horizonte adquiriu aparelhos de informática de Manaus por R\$ 40.000,00. O frete para a entrega por caminhão era de R\$ 2.000,00. No entanto, para receber os aparelhos mais rápido, a sociedade empresária solicitou a entrega por avião e pagou o valor de R\$ 5.500,00 pelo frete.

A instalação dos aparelhos no escritório custou R\$ 1.000,00. Ainda, foram gastos R\$ 2.000,00 com testes para verificar se os aparelhos estavam funcionando corretamente.

O valor dos aparelhos de informática a serem registrados no ativo imobilizado da sociedade empresária é de:

- (A) R\$ 43.000,00.
- (B) R\$ 45.000,00.
- (C) R\$ 46.500,00.
- (D) R\$ 48.500,00.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa com base nas informações:

- **Valor dos aparelhos:** R\$ 40.000,00
- **Frete pago pelo transporte aéreo:** R\$ 5.500,00 (O frete pago pela empresa será parte do custo do ativo, pois foi necessário para a entrega do bem.)
- **Instalação dos aparelhos no escritório:** R\$ 1.000,00 (Os custos de instalação são capitalizados no custo do ativo imobilizado, pois são necessários para a utilização do bem.)
- **Testes para verificar funcionamento:** R\$ 2.000,00 (Esses custos também são incluídos no custo do ativo imobilizado, pois foram necessários para que o bem estivesse em condições de uso.)

Calculando o valor total do ativo imobilizado:

- Valor dos aparelhos: R\$ 40.000,00
- Frete: R\$ 5.500,00
- Instalação: R\$ 1.000,00
- Testes: R\$ 2.000,00

Total:

R\$ 40.000,00 + R\$ 5.500,00 + R\$ 1.000,00 + R\$ 2.000,00 = **R\$ 48.500,00**

Analisando as alternativas:

- **(A) R\$ 43.000,00 ❌**
 - Essa alternativa está incorreta, pois não inclui os custos do frete, instalação e testes.
- **(B) R\$ 45.000,00 ❌**
 - Essa alternativa também está incorreta, pois ainda falta adicionar o valor dos testes.
- **(C) R\$ 46.500,00 ❌**
 - Embora mais próximo, essa alternativa ainda não está correta, pois não inclui todos os custos necessários.
- **(D) R\$ 48.500,00 ✅**
 - Essa é a resposta correta! Inclui todos os custos envolvidos no processo de aquisição, transporte, instalação e testes.

Resposta correta: (D) R\$ 48.500,00.

GABARITO: D

Questão 22

A Cia Lua atua no setor de relógios e tem 20 empregados. Todos os anos, na primeira semana de janeiro, a empresa contrata uma equipe de médicos para ir ao escritório realizar exames de rotina em seus empregados.

Em janeiro de 2025, os gastos com os médicos foram de R\$ 6.000,00. Do valor, 20% são pagos pelos empregados, enquanto o restante é pago pela empresa.

O impacto do atendimento médico na Declaração do Resultado da Cia lua em Janeiro de 2025, de acordo com o regime de competência, foi de

- (A) - R\$ 400,00
- (B) - R\$ 500,00
- (C) - R\$ 4.800,00
- (D) - R\$ 6.000,00

Comentários:

Essa questão propomos um recurso:

Interpomos o presente recurso, solicitando a anulação da questão. O enunciado da questão informa que os gastos com os médicos foram de R\$ 6.000,00 em janeiro de 2025, com 20% pagos pelos empregados e o restante pela empresa. A pergunta busca o impacto do atendimento médico na Declaração do Resultado da Cia Lua em janeiro de 2025, de acordo com o regime de competência.

Embora a pergunta direcione para a aplicação do regime de competência, o enunciado em si não explicita se a despesa com os serviços médicos já foi devidamente reconhecida contabilmente no mês de janeiro de 2025 ou se precisam ser apropriados ao longo do ano, já que a questão que os exames são realizados apenas uma vez ao ano, ou seja, teriam validade de 1 ano. O regime de competência exige que as despesas sejam reconhecidas no período em que ocorrem, independentemente do pagamento.

A ausência da informação explícita sobre o reconhecimento contábil da despesa em janeiro de 2025 abre margem para interpretação. Caso a despesa ainda não tenha sido apropriada contabilmente naquele período (por exemplo, se a fatura dos médicos só foi recebida e registrada em fevereiro), o impacto direto no resultado de janeiro, sob uma interpretação estrita do que foi *efetivamente* lançado nas contas daquele mês, poderia ser questionado.

Possível Interpretação Alternativa (Embora menos provável dada a formulação da pergunta):

Se a intenção da questão fosse avaliar o conhecimento do candidato sobre o *princípio* do regime de competência e sua aplicação a um evento ocorrido em janeiro, a resposta de - R\$ 4.800,00 (a parte da despesa da empresa) seria a correta, assumindo que a despesa deveria ser reconhecida em janeiro.

No entanto, a falta de confirmação no enunciado sobre o registro contábil efetivo em janeiro poderia gerar dúvidas, especialmente para candidatos que buscam uma interpretação literal do que foi apresentado.

Pedido:

Diante da potencial falta de clareza no enunciado quanto ao reconhecimento contábil da despesa no mês de janeiro de 2025, solicito que a banca avalie a possibilidade de considerar outras interpretações. Apesar de entender que a resposta esperada provavelmente seja - R\$ 4.800,00 com base na aplicação do regime de competência ao evento ocorrido em janeiro, a imprecisão no enunciado poderia prejudicar candidatos que consideram a necessidade de confirmação do registro contábil para determinar o impacto na Declaração do Resultado daquele período específico.

Agradeço a atenção e consideração da banca examinadora.

GABARITO: RECURSO

GABARITO DA BANCA: C

Questão 23

Em janeiro de 2025, um artista, que possui uma empresa, estava em um evento estratégico em um resort na Bahia. Ao voltar da viagem, descobriu que um influenciador digital, que também estava no evento, divulgou fotos e vídeos do artista em redes sociais.

A empresa do artista entrou na justiça por quebra de privacidade contra o resort e contra o influenciador, pedindo, respectivamente, R\$ 10.000,00 e R\$ 15.000,00.

Os advogados da empresa do artista julgaram que as chances de ganho das causas eram, respectivamente, remota e possível. Com base no julgamento dos advogados, a empresa deve apresentar, em suas demonstrações contábeis, um ativo contingente:

- (A) igual a zero.
- (B) de R\$ 10.000,00.
- (C) de R\$ 15.000,00.
- (D) de R\$ 25.000,00.

Comentários:

Vamos analisar as alternativas com base na teoria de ativos contingentes:

- **Ativos contingentes** são aqueles que podem surgir dependendo de um evento futuro, mas que não têm certeza de ocorrência. Eles devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis **somente se for praticamente certo que o evento ocorrerá**.
 - **No caso do resort:** Como o advogado julga que as chances de ganho são remotas, isso significa que não há probabilidade suficiente de sucesso para reconhecer o ativo na contabilidade. Portanto, o valor relativo ao resort **não deve ser registrado**.
 - **No caso do influenciador:** O advogado considera que as chances de ganho são possíveis. No entanto, para que um ativo contingente seja reconhecido, a probabilidade de sucesso precisa ser **mais do que possível**. Portanto, como a chance de sucesso não é considerada **próxima de certa**, o valor relativo ao influenciador **também não deve ser registrado**.
-

Analisando as alternativas:

- **(A) igual a zero** ✓
 - Essa alternativa está correta! Como as chances de ganho são remotas e possíveis, respectivamente, para o resort e para o influenciador, a empresa não deve reconhecer um ativo contingente. Portanto, o valor do ativo contingente é igual a **zero**.
- **(B) de R\$ 10.000,00** ✗
 - Não é possível reconhecer esse valor, pois as chances de ganho da causa contra o resort são remotas, o que não justifica o reconhecimento do ativo.
- **(C) de R\$ 15.000,00** ✗
 - Mesmo que as chances de ganho contra o influenciador sejam possíveis, não é suficiente para reconhecer um ativo contingente nas demonstrações contábeis.
- **(D) de R\$ 25.000,00** ✗
 - A soma dos valores dos dois casos não é válida, pois nenhum dos ativos pode ser reconhecido de acordo com a probabilidade de sucesso.

Resposta correta: (A) igual a zero.

GABARITO: A

Questão 24

Assinale a opção que contempla apenas componentes do Patrimônio Líquido, descritos na Lei no 6.404/76 e alterações posteriores.

- (A) Capital Social - Investimentos - Ações em Tesouraria.
- (B) Capital Social - Dividendos Obrigatórios a Pagar - Ajustes de Avaliação Patrimonial.
- (C) Reservas de Capital - Reservas de Lucros - Ações em Tesouraria.
- (D) Ajustes de Avaliação Patrimonial - Capital Social - Debentures.

Comentários:**Vamos analisar cada alternativa:**

De acordo com a Lei nº 6.404/76, o **Patrimônio Líquido** é composto por:

- **Capital social:** é o valor das contribuições dos sócios para a empresa.
 - **Reservas de capital:** valores que a empresa pode reservar para determinadas finalidades, como reservas de lucros ou reservas estatutárias.
 - **Reservas de lucros:** valores acumulados pela empresa a partir de seus lucros, que podem ser distribuídos entre os acionistas ou reinvestidos.
 - **Ações em tesouraria:** ações que foram recompradas pela própria empresa.
-

Analisando as alternativas:

- **(A) Capital Social - Investimentos - Ações em Tesouraria. ❌**
 - "Investimentos" não faz parte do Patrimônio Líquido, mas sim do **Ativo**. Portanto, essa alternativa está incorreta.
- **(B) Capital Social - Dividendos Obrigatórios a Pagar - Ajustes de Avaliação Patrimonial. ❌**
 - "Dividendos obrigatórios a pagar" são classificados como **passivos**, não como Patrimônio Líquido. Portanto, essa alternativa está incorreta.
- **(C) Reservas de Capital - Reservas de Lucros - Ações em Tesouraria. ✅**
 - Essa alternativa está correta! Todos os componentes mencionados (Reservas de Capital, Reservas de Lucros e Ações em Tesouraria) fazem parte do **Patrimônio Líquido**, conforme a Lei nº 6.404/76.
- **(D) Ajustes de Avaliação Patrimonial - Capital Social - Debentures. ❌**
 - "Debêntures" são títulos de dívida e fazem parte do **Passivo**, não do Patrimônio Líquido. Portanto, essa alternativa está incorreta.

Resposta correta: (C) Reservas de Capital - Reservas de Lucros - Ações em Tesouraria.

GABARITO: C

Questão 25

A sociedade empresária Solar administra a carreira de influenciadores digitais. As empresas interessadas em divulgar o seu produto ou serviço por meio dos influenciadores devem pagar para a Solar R\$ 20.000,00 por um pacote que consiste em oito inserções em redes sociais, sendo quatro ao mês. Em 01/05/2024, a Cia Yellow assinou contrato e pagou, à vista, R\$ 20.000,00 para a Cia Solar. Foram realizadas quatro inserções em junho e quatro em julho. A Cia Yellow estimou que, por conta da divulgação, o seu faturamento aumentou em R\$ 15.000,00 em agosto e em R\$ 18.000,00 em setembro. De acordo com o Regime de Competência, a despesa com a divulgação deve ser reconhecida pela Cia Yellow do seguinte modo:

- (A) R\$ 20.000,00 em maio.
- (B) R\$ 10.000,00 em junho e R\$ 10.000,00 em julho.
- (C) R\$ 10.000,00 em agosto e R\$ 10.000,00 em setembro.
- (D) R\$ 5.000,00 em cada um dos meses de junho a setembro.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa com base no **Regime de Competência**, que exige que a despesa seja reconhecida nos meses em que o serviço foi efetivamente prestado, independentemente do pagamento.

Analisando as alternativas:

(A) **R\$ 20.000,00 em maio.** ❌

• O pagamento foi feito em maio, mas as inserções ocorreram em junho e julho. O Regime de Competência exige que a despesa seja reconhecida nos meses em que os serviços foram efetivamente prestados, ou seja, junho e julho, não em maio. Portanto, esta alternativa está incorreta.

(B) **R\$ 10.000,00 em junho e R\$ 10.000,00 em julho.** ✅

• Esta alternativa está correta! As inserções foram realizadas em junho e julho, e a despesa deve ser reconhecida nesses meses. O valor total de R\$ 20.000,00 é distribuído igualmente entre os dois meses, com R\$ 10.000,00 em cada um deles, já que foram realizadas 4 inserções em cada mês. Isso está de acordo com o Regime de Competência.

(C) **R\$ 10.000,00 em agosto e R\$ 10.000,00 em setembro.** ❌

• Embora o aumento de faturamento tenha ocorrido em agosto e setembro, a despesa com a divulgação foi reconhecida nos meses de junho e julho, quando as inserções ocorreram. O Regime de Competência exige o reconhecimento da despesa nos meses da realização do serviço, e não nos meses subsequentes em que a empresa percebe o resultado.

(D) **R\$ 5.000,00 em cada um dos meses de junho a setembro.** ❌

• Esta alternativa está incorreta, pois a despesa deve ser reconhecida apenas em junho e julho, quando as inserções foram realizadas. A divisão sugerida de R\$ 5.000,00 por mês não está correta e se estende indevidamente até setembro, o que não é compatível com o Regime de Competência.

Resposta correta: (B) **R\$ 10.000,00 em junho e R\$ 10.000,00 em julho.**

GABARITO: B

Questão 26

A companhia investidora Alfa S.A., obrigada a elaborar demonstrações financeiras consolidadas, possui a seguinte participação societária nas empresas:

Investida	% de participação de Alfa S.A.	PL da investida em 31/12/2023
Kappa (controlada)	90	R\$ 1.000.000,00
Sigma (controlada)	70	R\$ 700.000,00
Zeta (coligada)	25	R\$ 600.000,00
Delta (sem influência significativa)	15	R\$ 900.000,00

Com base exclusivamente nas informações acima, o montante registrado na conta de participação de acionistas não controladores no balanço consolidado da investidora Alfa S.A. em 31/12/2023 deverá ser de

- (A) R\$ 100.000,00.
- (B) R\$ 310.000,00.
- (C) R\$ 760.000,00.
- (D) R\$ 1.525.000,00.

Comentários:

A conta de **participação de acionistas não controladores** (também conhecida como **não controladores ou participação minoritária**) é registrada nas demonstrações financeiras consolidadas quando a empresa investidora controla uma ou mais entidades. Esse valor refere-se à participação dos acionistas não controladores nas investidas que são controladas (ou seja, as empresas nas quais a investidora tem controle, mas não 100% da participação).

Vamos analisar as informações de cada empresa:

1. Kappa (controladora - 90% de participação):

- A participação de não controladores será de 10% do **PL da investida Kappa**, já que a Alfa S.A. possui 90%.
- **10% de R\$ 1.000.000,00 = R\$ 100.000,00.**

2. Sigma (controladora - 70% de participação):

- A participação de não controladores será de 30% do **PL da investida Sigma**, já que a Alfa S.A. possui 70%.
- **30% de R\$ 700.000,00 = R\$ 210.000,00.**

3. Zeta (coligada - 25% de participação):

- Zeta não é uma controlada, mas sim uma **coligada**. Não há participação de acionistas não controladores, pois não há controle sobre a empresa, logo, **não entra no cálculo** para esta conta.

4. Delta (sem influência significativa - 15% de participação):

- Delta também não é uma controlada, é apenas uma **investida sem controle significativo**. Não há participação de acionistas não controladores aqui também.

Cálculo do total da participação de acionistas não controladores:

A participação dos não controladores será a soma das participações nas controladas (Kappa e Sigma):

- **Kappa: R\$ 100.000,00**
- **Sigma: R\$ 210.000,00**

Total = R\$ 100.000,00 + R\$ 210.000,00 = R\$ 310.000,00

Resposta correta: (B) R\$ 310.000,00.

GABARITO: B

Questão 27

Uma empresa adquiriu uma máquina e registrou na contabilidade os seguintes dispêndios:

- Preço de aquisição: R\$ 500.000,00;
- Imposto de importação: R\$ 50.000,00 (não recuperável);
- Preparação do local: R\$ 100.000,00;
- Custo com materiais consumidos na realização de testes de funcionamento: R\$ 50.000,00;
- Honorários dos técnicos que realizaram os testes: R\$ 60.000,00;
- Vida útil estimada: 10 anos;
- Valor residual: R\$ 100.000,00.

De acordo com a NBC TG 27 (R4) - ATIVO IMOBILIZADO, o custo da máquina, ou seja, o valor contábil de registro inicial desse imobilizado, será de:

- (A) R\$ 500.000,00.
- (B) R\$ 550.000,00.
- (C) R\$ 650.000,00.
- (D) R\$ 760.000,00.

Comentários:

A questão 27 trata do reconhecimento contábil do valor de um item do ativo imobilizado, conforme as diretrizes estabelecidas pela NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado. Segundo essa norma, o custo inicial de um bem do imobilizado deve compreender não apenas o preço de aquisição, mas também todos os gastos diretamente atribuíveis à colocação do ativo em condições operacionais de uso para o fim a que se destina.

No caso apresentado, a empresa adquiriu uma máquina pelo valor de R\$ 500.000,00. A esse valor deve-se somar o imposto de importação no valor de R\$ 50.000,00, visto que ele não é recuperável, e, portanto, compõe o custo do ativo. Além disso, os gastos com a preparação do local (R\$ 100.000,00) também são incluídos, pois fazem parte das despesas necessárias à instalação do equipamento. O mesmo se aplica aos materiais consumidos durante os testes de funcionamento (R\$ 50.000,00) e aos honorários dos técnicos que realizaram esses testes (R\$ 60.000,00), pois todos esses valores são essenciais para tornar o bem apto ao uso.

Somando todos esses componentes, temos: R\$ 500.000,00 (preço da máquina) + R\$ 50.000,00 (imposto) + R\$ 100.000,00 (preparação do local) + R\$ 50.000,00 (materiais de teste) + R\$ 60.000,00 (honorários) — totalizando R\$ 760.000,00, que é o valor que deve ser registrado inicialmente no ativo imobilizado.

O valor residual e a vida útil estimada da máquina não interferem no valor de registro inicial do ativo, mas sim no cálculo da depreciação ao longo dos anos. Portanto, a alternativa correta é a letra D, que reflete com precisão os critérios de reconhecimento do custo de um item do imobilizado conforme a norma contábil aplicável.

GABARITO: D

Questão 28

A Demonstração do Valor Adicionado proporciona aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e à forma como tais riquezas foram distribuídas. Na distribuição do valor adicionado, o total de "Remuneração de capitais próprios" deve ser igual

- (A) às reservas de lucro reportadas no Balanço Patrimonial.
- (B) ao pagamento de dividendos reportado na Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- (C) ao resultado líquido do exercício reportado na Demonstração do Resultado do Período.
- (D) à distribuição de dividendos reportada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Comentários:

Analisando as alternativas:

(A) às reservas de lucro reportadas no Balanço Patrimonial. ✗

• As reservas de lucro não são a "remuneração de capitais próprios", pois são valores que ficam na empresa para fins específicos, como expansão ou amortização de dívidas, e não a distribuição de valor aos acionistas.

(B) ao pagamento de dividendos reportado na Demonstração dos Fluxos de Caixa. ✗

• O pagamento de dividendos é, de fato, uma forma de remuneração dos acionistas, mas a Demonstração dos Fluxos de Caixa mostra o movimento de caixa, e não a distribuição de valor adicionado em si. A distribuição de dividendos está relacionada à remuneração, mas não é o mesmo conceito de "remuneração de capitais próprios".

(C) ao resultado líquido do exercício reportado na Demonstração do Resultado do Período. ✓

• O "resultado líquido do exercício" da Demonstração do Resultado do Período reflete o valor da riqueza gerada pela empresa durante o período, que será distribuído aos acionistas na forma de dividendos ou reinvestido. Esse resultado líquido é o valor base para a "remuneração de capitais próprios", pois ele é o lucro disponível para ser distribuído ou retido. Portanto, o valor que será distribuído aos acionistas corresponde ao lucro líquido gerado.

(D) à distribuição de dividendos reportada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. ✗

• A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido mostra as variações no patrimônio líquido, incluindo a distribuição de dividendos. No entanto, a "remuneração de capitais próprios" está mais relacionada ao valor líquido gerado e reportado na Demonstração do Resultado do Período, e não apenas à distribuição efetiva de dividendos.

Resposta correta: (C) ao resultado líquido do exercício reportado na Demonstração do Resultado do Período.

GABARITO: C

Questão 29

De acordo com a NBC TG 09 (R1) - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO, a referida Demonstração (DVA) está relacionada com informações econômicas e com a comunicação de elementos ambientais, sociais e de governança (ASG), e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período. Nesse sentido, considerando que a sociedade empresária "B" possui reversão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, essa informação deve ser apresentada, em sua DVA, do seguinte modo:

- (A) em remuneração de capitais próprios, na segunda parte da DVA.
- (B) em remuneração de capitais de terceiros, na segunda parte da DVA.
- (C) em valor adicionado recebido em transferência, na primeira parte da DVA.
- (D) em riqueza criada pela própria entidade, na primeira parte da DVA.

Comentários:

A questão 29 trata da correta apresentação contábil, na Demonstração do Valor Adicionado (DVA), da reversão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. Segundo a NBC TG 09 (R1), esse tipo de reversão deve ser apresentado na primeira parte da DVA, dentro do grupo que representa a riqueza criada pela própria entidade.

O item 14 da norma é claro ao listar a constituição e reversão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa como um dos componentes da riqueza criada pela própria entidade. Assim, quando há reversão (ou seja, recuperação) de uma perda que anteriormente foi estimada como incobrável, isso representa um ganho para a entidade e deve ser reconhecido como valor que ela mesma criou durante o período.

Portanto, o gabarito correto é a letra D, pois a reversão dessas perdas melhora o resultado e representa riqueza gerada internamente, devendo compor a primeira parte da DVA, dedicada à formação da riqueza pela própria empresa. Essa informação não deve ser confundida com valor recebido em transferência (como dividendos ou receitas financeiras) nem com remuneração de capitais (próprios ou de terceiros), que aparecem apenas na segunda parte da DVA, relacionada à distribuição da riqueza.

GABARITO: D

Questão 30

De acordo com a NBC TG 25 (R2) - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES, a entidade deve divulgar, em notas explicativas, para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente, a menos que a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação seja

- (A) remota.
- (B) possível.
- (C) provável.
- (D) possível e provável.

Comentários:

A questão 30 trata da obrigatoriedade de divulgação de passivos contingentes nas notas explicativas, conforme estabelece a NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Essa norma orienta as entidades sobre quando e como reconhecer, mensurar e divulgar incertezas relacionadas a obrigações presentes ou possíveis.

Segundo a norma, os passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente no balanço patrimonial quando a possibilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação for considerada remota. Isso significa que, se a chance de ocorrer um desembolso for muito baixa, a entidade não precisa divulgar esse passivo nas notas explicativas. No entanto, se a possibilidade for possível ou provável, há exigência de divulgação — ou até de reconhecimento, se for provável e mensurável com confiabilidade.

Portanto, o papel da nota explicativa é justamente trazer transparência ao usuário das demonstrações financeiras, informando a existência de riscos e incertezas que possam afetar o patrimônio da entidade, exceto quando esses riscos forem tão improváveis que não justifiquem a divulgação. Assim, com base na NBC TG 25, a divulgação nas notas explicativas não é necessária apenas quando a possibilidade de desembolso for remota. Em qualquer outro grau de probabilidade — como possível ou provável — a divulgação ou o reconhecimento se impõe.

GABARITO: A

Questão 31

Uma empresa de doces e bolos possui em 31/12/X0 os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial:

- Caixa e equivalentes de caixa: R\$ 100.000,00;
- Empréstimos a pagar de curto prazo: R\$ 250.000,00;
- Financiamentos a pagar de longo prazo: R\$ 330.000,00;
- Imobilizado: R\$ 450.000,00; • Intangível: R\$ 320.000,00;
- Estoques: R\$ 250.000,00;
- Capital Social: R\$ 540.000,00. Com base nesses saldos, o valor do ativo não circulante da empresa é

- (A) R\$ 770.000,00.
- (B) R\$ 350.000,00.
- (C) R\$ 1.020.000,00.
- (D) R\$ 450.000,00.

Comentários:

Vamos entender o que compõe o **ativo não circulante** e calcular seu valor com base nos dados fornecidos.

O **ativo não circulante** é composto por:

- **Imobilizado:** São os bens tangíveis que a empresa utiliza em suas atividades, como máquinas, imóveis, veículos, etc. No caso da empresa, o imobilizado é de R\$ 450.000,00.
- **Intangível:** São os ativos intangíveis que a empresa possui, como patentes, marcas, softwares, etc. O valor do ativo intangível é de R\$ 320.000,00.

Agora, vamos calcular o total do **ativo não circulante**:

- Imobilizado: R\$ 450.000,00
- Intangível: R\$ 320.000,00

Total do ativo não circulante:

R\$ 450.000,00 (imobilizado) + R\$ 320.000,00 (intangível) = **R\$ 770.000,00**

Analisando as alternativas:

(A) **R\$ 770.000,00.** ✓

• O **ativo não circulante** é composto pelo **imobilizado** (R\$ 450.000,00) e pelo **intangível** (R\$ 320.000,00), somando um total de **R\$ 770.000,00**. Portanto, esta alternativa está correta.

(B) **R\$ 350.000,00.** ✗

• Este valor não corresponde ao total de ativo não circulante, pois não inclui a soma correta do imobilizado e do intangível.

(C) **R\$ 1.020.000,00.** ✗

• Este valor é o total do **ativo** se somarmos todos os itens, mas não é o valor do **ativo não circulante**, pois inclui itens do **ativo circulante** (como caixa e estoques).

(D) **R\$ 450.000,00.** ✗

• Este valor corresponde apenas ao **imobilizado**, mas o **ativo não circulante** também inclui o **intangível**, que soma R\$ 320.000,00.

Resposta correta: (A) R\$ 770.000,00.

GABARITO: A

Questão 32

A empresa ABC S.A. comprou materiais, em agosto de X1, com a finalidade de utilizá-los em suas atividades. O pagamento foi realizado em novembro de X1, e os materiais foram utilizados na prestação de serviços em setembro de X1. Esses materiais devem ser reconhecidos como despesa no mês de

(A) novembro de X1.

(B) setembro de X1.

(C) agosto de X1.

(D) dezembro de X1.

Comentários:

A questão 32 trata da correta aplicação do princípio contábil da competência, previsto na estrutura conceitual da contabilidade e reforçado pelas normas brasileiras de contabilidade.

De acordo com esse princípio, as despesas devem ser reconhecidas quando ocorrem, ou seja, no período em que os bens ou serviços forem efetivamente consumidos pela entidade para a obtenção de receita, **INDEPENDENTEMENTE** da data de pagamento ou da aquisição.

No enunciado, a empresa adquiriu materiais em agosto e os pagou apenas em novembro. No entanto, a informação mais relevante para o reconhecimento da despesa é que esses materiais foram utilizados na prestação de serviços em setembro.

Isso significa que o benefício econômico associado a esses insumos foi consumido pela entidade naquele mês, e é nesse momento que deve ocorrer o reconhecimento da despesa na Demonstração do Resultado.

Durante o tempo entre a compra (agosto) e o uso (setembro), esses materiais devem ser tratados como estoque, ou seja, um ativo circulante, pois representam um recurso controlado pela empresa que ainda não foi consumido.

Quando, em setembro, são utilizados na atividade-fim da empresa (prestação de serviços), deixam de ser um ativo e passam a ser reconhecidos como uma despesa, pois representam um sacrifício econômico efetivado no período.

Portanto, o reconhecimento da despesa ocorre em setembro de X1, e não no mês da compra (agosto), nem no mês do pagamento (novembro), nem em qualquer outro. Isso reforça a importância de observar a substância econômica do fato gerador da despesa, e não apenas seu aspecto formal.

GABARITO: B

Questão 33

De acordo com a NBC TG 25 (R2) - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES, provisão é um passivo de prazo incerto ou de valor incerto.

Considere que a sociedade empresária Beta tenha recebido laudo de seu advogado sobre um provável pagamento de processo trabalhista, entretanto com mensuração ainda não confiável.

Nesse caso, o seu reconhecimento nas demonstrações financeiras deve ser:

- (A) como apropriação por competência no balanço patrimonial.
- (B) como provisão trabalhista no balanço patrimonial.
- (C) não realizar reconhecimento de provisão trabalhista no balanço patrimonial e não divulgar em nota explicativa.
- (D) não realizar reconhecimento de provisão trabalhista no balanço patrimonial, mas divulgar em nota explicativa como passivo contingente.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa com base na **NBC TG 25 (R2)**, que trata de provisões e passivos contingentes.

Analisando as alternativas:

(A) **como apropriação por competência no balanço patrimonial. ✗**

• A apropriação por competência refere-se a reconhecer receitas e despesas no momento em que são geradas, e não é aplicável diretamente ao contexto de passivos contingentes. Além disso, um passivo de valor incerto, como o caso do processo trabalhista com mensuração não confiável, não deve ser reconhecido de imediato como uma provisão. Logo, essa alternativa não é a correta.

(B) **como provisão trabalhista no balanço patrimonial. ✗**

• A provisão trabalhista seria registrada se o valor do passivo fosse confiável e o pagamento fosse provável. No entanto, como a mensuração do valor do processo trabalhista é **não confiável**, não é adequado reconhecer uma provisão. O reconhecimento de provisões requer uma estimativa confiável do valor do passivo.

(C) **não realizar reconhecimento de provisão trabalhista no balanço patrimonial e não divulgar em nota explicativa.** ✘

• De acordo com a **NBC TG 25**, quando o passivo é provável, mas a mensuração é incerta, a empresa deve divulgar o passivo contingente em nota explicativa, mesmo que não o reconheça no balanço patrimonial. Portanto, essa alternativa está incorreta, pois a empresa deve divulgar o passivo contingente.

(D) **não realizar reconhecimento de provisão trabalhista no balanço patrimonial, mas divulgar em nota explicativa como passivo contingente.** ✔

• **Essa é a alternativa correta!** Quando o pagamento é provável, mas a mensuração é incerta (como no caso do processo trabalhista), a empresa **não deve reconhecer a provisão no balanço patrimonial**. No entanto, de acordo com a **NBC TG 25 (R2)**, deve-se **divulgar o passivo contingente nas notas explicativas**. Essa divulgação deve conter informações sobre a natureza do passivo e a incerteza relacionada à sua mensuração.

Resposta correta: (D) não realizar reconhecimento de provisão trabalhista no balanço patrimonial, mas divulgar em nota explicativa como passivo contingente.

GABARITO: D

Questão 34

Em fevereiro de 2025, um hotel adquiriu um televisor de 98 polegadas para que os seus hóspedes assistissem a cerimônia do Oscar, em março. O preço do televisor era de R\$ 40.000,00. Na data da compra foi acordado com o fornecedor que o pagamento seria realizado por Pix e, em decorrência, o hotel obteve uma redução de 5% sobre o preço original. Assinale a opção que indica a contrapartida da diminuição de R\$ 38.000,00 na conta “Disponibilidades”, nas demonstrações contábeis do hotel.

(A) Ativo imobilizado de R\$ 38.000,00.

(B) Ativo imobilizado de R\$ 40.000,00 e receita financeira de R\$ 2.000,00.

(C) Ativo imobilizado de R\$ 40.000,00 e outras receitas de R\$ 2.000,00.

(D) Ativo imobilizado de R\$ 40.000,00 e retificação do ativo imobilizado de R\$ 2.000,00

Comentários:

A questão 34 trata do reconhecimento contábil de uma operação de compra de ativo imobilizado com desconto comercial concedido no ato da transação.

O hotel adquiriu um televisor no valor original de R\$ 40.000,00, mas obteve um abatimento de 5% por ter optado pelo pagamento via Pix, o que resultou em um valor efetivamente pago de R\$ 38.000,00. A dúvida gira em torno de como registrar corretamente essa operação nas demonstrações contábeis, respeitando o princípio do custo histórico e as normas do CPC 27 – Ativo Imobilizado.

De acordo com o CPC 27, o valor inicial de reconhecimento de um item do imobilizado deve corresponder ao custo que a entidade efetivamente incorreu para adquirir o bem e colocá-lo em condições de uso.

Isso inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à compra do ativo, mas exclui descontos comerciais, abatimentos e similares. Ou seja, o que deve ser registrado no ativo é o valor líquido efetivamente pago, não o valor de tabela ou de mercado do item.

Nesse contexto, como a empresa pagou R\$ 38.000,00 pelo televisor, esse será o valor que deverá ser registrado no imobilizado.

Não se trata de uma receita financeira, tampouco de uma outra receita, pois o desconto foi concedido no momento da compra como parte das condições comerciais do contrato, e não por causa de um rendimento sobre aplicação de recursos ou outro evento econômico de geração de receita.

Portanto, não há que se falar em reconhecimento de receita na operação, já que não houve geração de riqueza – apenas uma economia na aquisição. Assim, a contrapartida à saída de R\$ 38.000,00 da conta de disponibilidades será o registro de um ativo imobilizado no mesmo valor.

GABARITO: A

Questão 35

Em janeiro de 2024, uma fábrica que produz bolas de futebol incorreu nos seguintes gastos:

- Aluguel do imóvel e das máquinas: R\$ 30.000,00;
- Embalagens indispensáveis ao produto final: R\$ 2.000,00;
- Matéria-prima: R\$ 10.000,00;
- Seguro do imóvel: R\$ 5.000,00.

Assinale a opção que indica os custos fixos da fábrica no mês.

- (A) R\$ 5.000,00.
- (B) R\$ 30.000,00.
- (C) R\$ 35.000,00.
- (D) R\$ 45.000,00.

Comentários:

Vamos entender o que são **custos fixos** para identificar corretamente as despesas relacionadas.

Custos fixos são aqueles que não variam com o volume de produção. São custos que a empresa precisa pagar independentemente da quantidade de produção realizada. Exemplos típicos incluem aluguel, seguro e salários fixos.

Agora, vamos analisar os gastos fornecidos:

- **Aluguel do imóvel e das máquinas (R\$ 30.000,00):** Este é um custo fixo, pois o valor do aluguel não varia com a quantidade de bolas de futebol produzidas.
- **Embalagens indispensáveis ao produto final (R\$ 2.000,00):** Este é um **custo variável**, pois está diretamente relacionado à quantidade de bolas produzidas. Quanto mais bolas produzidas, mais embalagens serão necessárias.
- **Matéria-prima (R\$ 10.000,00):** Este também é um **custo variável**, pois a quantidade de matéria-prima depende da quantidade de bolas produzidas.
- **Seguro do imóvel (R\$ 5.000,00):** Este é um **custo fixo**, pois o valor do seguro não depende da produção, sendo pago mensalmente de forma constante.

Então, somando os custos fixos:

- Aluguel do imóvel e das máquinas: R\$ 30.000,00
- Seguro do imóvel: R\$ 5.000,00

Total dos custos fixos: R\$ 30.000,00 + R\$ 5.000,00 = **R\$ 35.000,00**

Analizando as alternativas:

(A) **R\$ 5.000,00.** ✘

• Este valor corresponde apenas ao seguro do imóvel, que é um dos custos fixos, mas não inclui o aluguel, que também é fixo. Portanto, está incorreto.

(B) **R\$ 30.000,00.** ✘

• Este valor corresponde apenas ao aluguel do imóvel e das máquinas, mas não inclui o seguro, que também é um custo fixo. Portanto, está incorreto.

(C) **R\$ 35.000,00.** ✔

• Esta é a alternativa correta! O total de **custos fixos** inclui o **aluguel do imóvel e das máquinas** (R\$ 30.000,00) e o **seguro do imóvel** (R\$ 5.000,00), somando **R\$ 35.000,00**.

(D) **R\$ 45.000,00.** ✘

• Este valor incluiria custos fixos e variáveis juntos, mas a pergunta pede especificamente pelos **custos fixos**. Portanto, está incorreto.

Resposta correta: (C) R\$ 35.000,00.

GABARITO: C

Questão 36

Leia o fragmento a seguir:

"Departamento é a unidade _____ administrativa para a Contabilidade de Custos, representada, na maioria dos casos, por pessoas e máquinas, em que se desenvolvem atividades _____."

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento.

- (A) padrão-heterogêneas
- (B) mínima homogêneas
- (C) máxima - complementares
- (D) padrão-complementares

Comentários:

Análise do contexto:

A Contabilidade de Custos tem como objetivo identificar e alocar os custos de maneira eficiente dentro das unidades da empresa. Para isso, é comum que os departamentos dentro da organização sejam unidades de custos que desenvolvem atividades de maneira homogênea (comum dentro da unidade).

Além disso, a unidade administrativa deve ser mínima, o que significa que ela é uma unidade de referência que ajuda a entender os custos de forma mais simples e direta.

Então, ao preencher as lacunas, a frase fica assim:

"Departamento é a unidade mínima administrativa para a Contabilidade de Custos, representada, na maioria dos casos, por pessoas e máquinas, em que se desenvolvem atividades homogêneas."

Analizando as alternativas:

(A) padrão - heterogêneas. ✘

• "Heterogêneas" indicaria que o departamento possui atividades diferentes, o que não é o caso aqui. Para a Contabilidade de Custos, as atividades dentro de um departamento são geralmente homogêneas, ou seja, de mesma natureza.

(B) mínima - homogêneas. ✔

• Essa é a alternativa correta! A unidade administrativa para a Contabilidade de Custos é geralmente mínima, o que significa que ela é uma unidade simples e prática de análise. As atividades realizadas dentro do departamento são homogêneas, ou seja, similares e relacionadas entre si.

(C) máxima - complementares. ✘

• "Máxima" não faz sentido nesse contexto, pois o termo mais adequado é "mínima". Além disso, "complementares" não é o termo mais adequado para se referir a atividades dentro de um departamento na Contabilidade de Custos. "Homogêneas" é mais preciso.

(D) padrão - complementares. ✘

• O termo "padrão" não é o mais adequado para descrever a unidade administrativa dentro da Contabilidade de Custos. Além disso, as atividades do departamento não precisam ser "complementares" no sentido amplo da palavra, mas sim "homogêneas".

Resposta correta: (B) mínima - homogêneas.

GABARITO: B

Questão 37

Gasto pode ser definido como o sacrifício financeiro necessário para obter um produto ou serviço, representado pela entrega ou promessa de entrega de ativos. Assim, custos, despesas, investimentos e desembolsos são tipos de gastos.

Em relação ao tema, analise as afirmativas a seguir:

I. Custo é um gasto diretamente relacionado a um bem ou serviço utilizado na produção de outros bens e serviços.

II. Despesa é um gasto com bens ou serviços consumidos direta ou indiretamente para obtenção de receitas.

III. Investimento é um gasto que se tornou um item do patrimônio líquido em função da expectativa de geração futura de caixa para a entidade ou em função de sua vida útil.

IV. Desembolso é um gasto que ocorre quando bens ou serviços são consumidos de forma anormal e/ou involuntária que afetam diretamente o resultado da entidade.

Estão corretas as afirmativas

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.

Comentários:

Vamos analisar cada uma das afirmativas:

- **I. Custo é um gasto diretamente relacionado a um bem ou serviço utilizado na produção de outros bens e serviços. ✓**
 - Está correta. **Custo** refere-se a um gasto necessário para produzir bens ou serviços. É aquele gasto relacionado diretamente à produção, como matérias-primas e mão-de-obra.
- **II. Despesa é um gasto com bens ou serviços consumidos direta ou indiretamente para obtenção de receitas. ✓**
 - Está correta. **Despesa** é o gasto que não é diretamente relacionado à produção de bens ou serviços, mas que é necessário para manter as operações da empresa, como aluguel, marketing, e administração.
- **III. Investimento é um gasto que se tornou um item do patrimônio líquido em função da expectativa de geração futura de caixa para a entidade ou em função de sua vida útil. ✓**
 - Está correta. **Investimento** refere-se a um gasto com o objetivo de obter benefícios futuros, como aquisição de bens que gerem receitas no futuro (por exemplo, compra de imóveis ou maquinários). Os investimentos são classificados no **ativo** e não impactam o resultado da empresa diretamente.
- **IV. Desembolso é um gasto que ocorre quando bens ou serviços são consumidos de forma anormal e/ou involuntária que afetam diretamente o resultado da entidade. ✗**
 - **Desembolso** é um pagamento efetivo de dinheiro ou equivalente para liquidar uma obrigação, sem a necessidade de ser **anormal** ou **involuntário**. A definição de desembolso está relacionada ao pagamento em si, não ao consumo de bens ou serviços de forma anormal. Por isso, a descrição desta afirmativa está incorreta.

Conclusão:

- A **afirmativa IV** está incorreta porque o termo "desembolso" não envolve consumo anormal de bens ou serviços. O desembolso é apenas o ato de pagar por algo, sem que tenha relação com o impacto direto no resultado de forma anormal ou involuntária.

Analisando as alternativas:

(A) III e IV, apenas. ✗

- A afirmativa IV está incorreta, portanto, essa alternativa não está correta.

(B) I, II e III, apenas. ✗

- Embora as afirmativas I, II e III estejam corretas, a alternativa não inclui a afirmativa IV, que está incorreta.

(C) I e II, apenas. ✓

• Esta é a alternativa correta! As afirmativas I e II estão corretas, enquanto a III também está certa. A única afirmativa incorreta é a IV.

(D) II, III e IV, apenas. ✗

• A afirmativa IV está incorreta, então esta alternativa também está errada.

Resposta correta: (C) I e II, apenas.

GABARITO: C

Questão 38

A Indústria Cadeiras Maceió Ltda. produz e comercializa cadeiras de escritório. No mês de setembro de X4, a empresa produziu 30.000 cadeiras e não possuía estoque inicial.

No mês, vendeu 24.000 unidades a um preço unitário de R\$ 100,00. Os custos variáveis totais, incluindo matéria-prima, mão de obra direta e outros custos variáveis, somaram R\$ 1.800.000,00.

Os custos fixos, compostos principalmente por aluguel da fábrica, depreciação do maquinário e salários fixos dos supervisores da produção, totalizaram R\$ 200.000,00. As despesas fixas, como gastos com administração e vendas, somaram R\$ 100.000,00.

Com base nessas informações, o lucro obtido com as vendas, aplicando o método de custeio variável, foi de:

- (A) R\$ 660.000,00.
- (B) R\$ 960.000,00.
- (C) R\$ 700.000,00.
- (D) R\$ 300.000,00

Comentários:

Vamos agora analisar como calcular o lucro com base no **método de custeio variável**.

Passos para o cálculo:

1. **Faturamento total com vendas:** A empresa vendeu 24.000 unidades a R\$ 100,00 cada.

Faturamento = $24.000 \times 100 = \text{R\$ } 2.400.000,00$

2. **Custos variáveis totais:** O total de custos variáveis é fornecido como R\$ 1.800.000,00. Isso inclui matéria-prima, mão de obra direta e outros custos variáveis.

3. **Custo variável unitário:** Para calcular o custo variável unitário, podemos dividir os custos variáveis totais pela quantidade produzida de unidades:

Custo variável unitário = $1.800.000 / 30.000 = \text{R\$ } 60,00$ por cadeira

4. **Custo variável total das unidades vendidas:** Como a empresa vendeu 24.000 unidades, o custo variável total das vendas será:

Custo variável das vendas = $24.000 \times 60 = \text{R\$ } 1.440.000,00$

5. **Lucro bruto (com o método de custeio variável):** O lucro bruto é calculado subtraindo os custos variáveis das vendas do faturamento:

$$2.400.000 - 1.440.000 = \text{R\$ } 960.000,00$$

6. **Despesas fixas:** O método de **custeio variável** trata as **despesas fixas** separadamente, portanto, as despesas fixas de **R\$ 100.000,00** e os **custos fixos** de **R\$ 200.000,00** são subtraídos após o cálculo do lucro bruto.

7. **Lucro operacional:** Subtraímos os custos fixos e as despesas fixas do lucro bruto:

$$960.000 - 200.000 - 100.000 = \text{R\$ } 660.000,00$$

Conclusão:

O lucro obtido com as vendas, aplicando o método de **custeio variável**, foi de **R\$ 660.000,00**.

Analisando as alternativas:

(A) **R\$ 660.000,00.** ✓

• Esta é a resposta correta! O lucro obtido com as vendas, após subtrair os custos variáveis e fixos, foi de **R\$ 660.000,00**.

(B) **R\$ 960.000,00.** ✗

• Este valor refere-se ao lucro bruto, sem considerar as despesas fixas.

(C) **R\$ 700.000,00.** ✗

• Este valor não corresponde ao cálculo realizado.

(D) **R\$ 300.000,00.** ✗

• Esse valor não corresponde ao lucro obtido, e parece estar muito abaixo do valor real calculado.

Resposta correta: (A) R\$ 660.000,00.

GABARITO: A

Questão 39

Analise as contas do Balanço Patrimonial a seguir:

ATIVO	2023	PASSIVO	2023
Caixa	R\$ 5.000,00	Fornecedores	R\$ 15.000,00
Aplicações financeiras	R\$ 10.000,00	Impostos a pagar	R\$ 5.000,00
Contas a receber	R\$ 15.000,00	Empréstimos de curto prazo	R\$ 10.000,00
Estoques	R\$ 30.000,00	Empréstimos de longo prazo	R\$ 20.000,00
Imobilizado	R\$ 10.000,00	Patrimônio líquido	R\$ 80.000,00
Intangível	R\$ 50.000,00		
Investimentos	R\$ 10.000,00		
TOTAL	R\$ 130.000,00	TOTAL	R\$ 130.000,00

O Índice de Liquidez Seca e o Índice de Liquidez Corrente são, respectivamente, iguais a

- (A) 2,00 e 1,00.
- (B) 1,00 e 2,00.
- (C) 1,00 e 2,60.
- (D) 2,00 e 0,75.

Comentários:

Agora, vamos calcular os índices de **Liquidez Seca** e **Liquidez Corrente**.

Índice de Liquidez Corrente:

A fórmula do **Índice de Liquidez Corrente** é:

$\text{Índice de Liquidez Corrente} = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

- **Ativo Circulante** = Caixa + Aplicações financeiras + Contas a receber + Estoques = R\$ 5.000 + R\$ 10.000 + R\$ 15.000 + R\$ 30.000 = **R\$ 60.000**
- **Passivo Circulante** = Fornecedores + Impostos a pagar + Empréstimos de curto prazo = R\$ 15.000 + R\$ 5.000 + R\$ 10.000 = **R\$ 30.000**

Agora, calculando o índice:

$\text{Índice de Liquidez Corrente} = 60000 / 30000 = \text{R\$}2,00$

Índice de Liquidez Seca:

A fórmula do **Índice de Liquidez Seca** é:

$\text{Índice de Liquidez Seca} = \text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} / \text{Passivo Circulante}$

- **Ativo Circulante - Estoques** = R\$ 60.000 (Ativo Circulante) - R\$ 30.000 (Estoques) = **R\$ 30.000**
- **Passivo Circulante** = R\$ 30.000 (já calculado acima)

Agora, calculando o índice:

$\text{Índice de Liquidez Seca} = 30000 / 30000 = \text{R\$}1,00$

Resposta correta: (B) 1,00 e 2,00.

GABARITO: B

Questão 40

Acerca do Modelo de Determinação do Preço de Transferência, avalie as afirmativas a seguir:

I. No Modelo de Preço de Transferência Baseado em Custo Total Realizado (Full Cost), o bem/serviço é transferido pelo valor resultante do somatório dos custos totais incorridos (fixos e variáveis) dividido pelo volume de produção de um determinado período (custeio por absorção).

II. No Modelo de Preço de Transferência Baseado em Negociação entre os Gestores, o bem/serviço é transferido pelo preço vigente no mercado, que pode ser um preço médio.

III. No Modelo de Preço de Transferência Baseado em Custo de Oportunidade, o preço do bem/serviço transferido estrutura-se a partir da premissa de que deveria refletir o valor do benefício possível de ser auferido na melhor alternativa econômica de obtenção dos insumos demandados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.

Comentários:

Analisando às afirmativas:

I. Modelo de Preço de Transferência Baseado em Custo Total Realizado (Full Cost)

Correta.

O preço de transferência baseado no **Full Cost** (custeio por absorção) realmente considera todos os custos incorridos (fixos e variáveis), divididos pelo volume de produção. Esse modelo é amplamente aceito na contabilidade gerencial.

II. Modelo de Preço de Transferência Baseado em Negociação entre os Gestores

Aqui temos uma ambiguidade conceitual.

O Modelo de Preço de Transferência Baseado em Negociação entre Gestores **não determina necessariamente** que o bem/serviço seja transferido pelo "preço vigente no mercado" ou por um "preço médio". Embora o preço de mercado possa ser um dos critérios utilizados, o modelo permite que os gestores negociem com base em diferentes fatores, sem uma definição rígida de que o valor praticado será um preço médio de mercado. Essa imprecisão pode levar o candidato a interpretações divergentes.

III. Modelo de Preço de Transferência Baseado em Custo de Oportunidade

Correta.

O custo de oportunidade reflete o valor do benefício que poderia ser obtido na melhor alternativa econômica. Esse modelo busca garantir que os recursos sejam alocados de forma eficiente dentro da empresa, sendo uma abordagem válida na precificação de transferências internas.

Problema com a questão

A alternativa **(B) "I e II, apenas"** sugere que a afirmativa II está correta, o que não é verdade, pois ela contém uma imprecisão conceitual.

A alternativa **(C) "I e III, apenas"** deveria ser a correta, mas não podemos considerar a afirmação II incorreta por sua ambiguidade.

A alternativa **(D) "I, II e III"** inclui a afirmação II como correta mas também assim como dito na alternativa (C) não podemos considerar a afirmação II também por conter uma ambiguidade.

Isso torna a questão **passível de anulação**, pois não há uma alternativa que reflita adequadamente a resposta correta.

Recurso para Anulação

Justificativa:

Prezada banca examinadora,

Venho solicitar a **anulação da questão**, visto que a afirmativa **II** apresenta uma **ambiguidade conceitual**, o que compromete a precisão da resposta esperada.

O Modelo de Preço de Transferência Baseado em Negociação entre Gestores **não determina necessariamente** que o bem/serviço seja transferido pelo "preço vigente no mercado" ou por um "preço médio". Embora o preço de mercado possa ser um dos critérios utilizados, o modelo permite que os gestores negociem com base em diferentes fatores, sem uma definição rígida de que o valor praticado será um preço médio de mercado. Essa imprecisão pode levar o candidato a interpretações divergentes. Embora o gabarito **(C) "I e III, apenas"** seja a opção mais correta dentro das alternativas disponíveis, a ambiguidade da afirmativa **II** gera insegurança na escolha da resposta e pode induzir a erro. Dessa forma, a questão carece de objetividade e, por isso, solicita-se sua **anulação**.

GABARITO: RECURSO

GABARITO DA BANCA: C

Questão 41

Em 01/01/2024, uma loja de teclados apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial:

Disponibilidades: R\$ 60.000,00

Estoque: R\$ 240.000,00

Patrimônio Líquido: R\$ 300.000,00

O estoque era composto por 400 unidades de teclado, sendo que cada unidade era vendida por R\$ 1.000,00. No primeiro semestre de 2024, os gastos fixos, considerando a loja e o escritório, foram os seguintes:

- Aluguel: R\$ 36.000,00
- Depreciação: R\$ 30.000,00
- Salários: R\$ 60.000,00

Além disso, foi paga antecipadamente uma despesa de R\$ 4.000,00 relacionada ao segundo semestre do ano. Com base nessas informações, o ponto de equilíbrio contábil da loja, em unidades, no primeiro semestre de 2024, foi de:

- (A) 240
- (B) 300
- (C) 315
- (D) 375

Comentários:**Nessa questão interpomos recurso:**

Interpomos o presente recurso, solicitando anulação da questão. A referida questão solicita expressamente o **cálculo do ponto de equilíbrio contábil da loja**, o que exige, para sua resolução correta, a identificação precisa dos **gastos fixos atribuíveis exclusivamente à loja**. No entanto, o enunciado informa que os **gastos fixos apresentados referem-se à loja e ao escritório**, de forma conjunta, sem qualquer detalhamento ou segregação.

Esse ponto é crucial, pois o **ponto de equilíbrio contábil (PEC)** é uma medida que depende diretamente da correta apuração dos **custos e despesas fixas da unidade sob análise**, que, no caso, deveria ser apenas a loja. Como o enunciado **não separa os gastos da loja dos do escritório**, torna-se impossível afirmar, com base exclusivamente nos dados fornecidos, **qual valor utilizar no cálculo do PEC da loja**.

Dessa forma, a questão apresenta **falta de clareza e inviabilidade técnica**, impedindo que o candidato chegue à resposta com base apenas nas informações disponíveis. Diante do exposto, solicito a **anulação da questão**, em razão da **inconsistência entre o comando da questão e os dados fornecidos**, o que compromete sua validade e fere o princípio da objetividade exigido em avaliações dessa natureza.

GABARITO: RECURSO**GABARITO DA BANCA: C**

Questão 42

Com relação aos usuários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Os RCPGs devem ser elaborados e divulgados, principalmente, para atender às necessidades de informações dos usuários dos serviços e dos provedores de recursos, quando estes detêm a prerrogativa de exigir que a entidade do setor público divulgue as informações que atendam às suas necessidades específicas.

() Os membros do Poder Legislativo são também usuários primários dos RCPGs e utilizam extensiva e continuamente os relatórios enquanto atuam como representantes dos interesses dos usuários de serviços e dos provedores de recursos.

() Alguns usuários dos serviços e alguns provedores de recursos que dependem dos RCPGs para obter informações que eles necessitam para os propósitos de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão podem não ser cidadãos, como, agências bilaterais ou multilaterais.

De acordo com a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL- ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL PELAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO as afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) V – V – F.

Comentários:

A questão 42 trata dos usuários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) com base na NBC TSP Estrutura Conceitual. A alternativa correta, conforme o gabarito, é a letra C (F – V – V), e essa classificação está plenamente de acordo com o que dispõe a norma.

A primeira afirmação é falsa porque, embora os RCPGs sejam destinados aos usuários dos serviços e provedores de recursos, isso ocorre quando esses usuários não têm a prerrogativa de exigir informações específicas da entidade do setor público (item 2.4 da norma). Ou seja, se têm tal prerrogativa, os RCPGs não são elaborados especificamente para atendê-los.

A segunda afirmação é verdadeira, pois a norma (também no item 2.4) afirma que os membros do Poder Legislativo são, de fato, usuários primários dos RCPGs, utilizando-os de maneira contínua como representantes dos interesses da população e dos provedores de recursos.

A terceira afirmação também é verdadeira, com base no item 2.5. A norma explica que alguns usuários dos serviços e provedores de recursos não são cidadãos, como é o caso de agências multilaterais e bilaterais, mas ainda assim dependem das informações fornecidas pelos RCPGs para fins de prestação de contas e tomada de decisão.

GABARITO: C

Questão 43

De acordo com a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL - ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL PELAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO, as informações financeiras e não financeiras são relevantes quando

- (A) permitem que os usuários compreendam o seu significado.
- (B) retratam a substância da transação, a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica.
- (C) são capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.
- (D) estão disponíveis aos usuários a tempo de serem úteis para fins de prestação de contas, responsabilização e tomada de decisão.

Comentários:

A questão 43 trata da relevância da informação, que é uma das características qualitativas fundamentais da informação contábil, de acordo com o Capítulo 3 da NBC TSP Estrutura Conceitual. Segundo a norma, uma informação é relevante quando é capaz de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da informação contábil (item 3.6). A alternativa correta afirma que as informações são relevantes quando “são capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil”, o que é exatamente o que define a relevância de acordo com o texto normativo.

GABARITO: C

Questão 44

A Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. Esse princípio orçamentário é denominado

- (A) Unidade.
- (B) Universalidade.
- (C) Exclusividade.
- (D) Orçamento Bruto.

Comentários:

A questão aborda o **princípio orçamentário da universalidade**, um dos fundamentos essenciais da administração orçamentária pública no Brasil. De acordo com esse princípio, previsto na Lei nº 4.320/1964, artigo 2º, a Lei Orçamentária Anual (LOA) deve abranger **todas as receitas e todas as despesas** de todos os órgãos, entidades e poderes do ente federado, sem exceções.

Isso significa que o orçamento não pode ser fragmentado ou parcial, devendo refletir integralmente todos os fluxos financeiros previstos para o período. O objetivo é **garantir transparência, controle e planejamento** adequado da atuação do Estado, permitindo que a sociedade e os órgãos de controle tenham uma visão completa dos recursos públicos.

Portanto, quando a questão afirma que a LOA deve conter todas as receitas e despesas do ente público, ela está se referindo diretamente ao princípio da universalidade, tornando correta a alternativa B. Esse princípio se distingue, por exemplo, do princípio da unidade, que exige a existência de **um único orçamento**, e do princípio da exclusividade, que proíbe que matérias estranhas à previsão de receita e fixação de despesa sejam incluídas na LOA.

GABARITO: B

Questão 45

A administração de uma empresa, na elaboração de seu plano estratégico, deve, na medida do possível, observar alguns aspectos de formalidade necessários dado a sua relevância e seu impacto nas operações da empresa.

A respeito deste tema, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para a falsa.

- () O Plano Estratégico deve ser executado pela Controladoria sob o comando da alta administração da empresa.
- () Uma vez elaborado e aprovado, o Plano Estratégico não deve ser alterado ou ajustado.
- () Planejamento Estratégico é a atividade que se ocupa da implementação do Plano Estratégico e assegura que os recursos necessários foram obtidos e também que estão sendo usados de maneira eficiente.
- () A elaboração de um Planejamento Estratégico deve levar em consideração que todas as decisões são interdependentes, sejam elas simples ou complexas. Assim, um dos principais desafios dessa atividade é um ajustamento dessa cadeia sistêmica de decisões e a avaliação de suas consequências.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) F - V - V - F
- B) F - V - F - V
- C) V - F - F - V
- D) V - F - V - F

Comentários:

Nessa questão interpomos recurso:

Interpomos o presente recurso, solicitando a anulação da questão por falta de gabarito.
Vamos analisar cada afirmativa:

() O Plano Estratégico deve ser executado pela Controladoria sob o comando da alta administração da empresa.

- **Falso.** A elaboração e a supervisão da execução do Plano Estratégico são responsabilidades da **alta administração** da empresa (diretoria, presidência, etc.). A Controladoria pode ter um papel importante no fornecimento de informações, no monitoramento do desempenho e no apoio à tomada de decisões estratégicas, mas a **execução** do plano envolve todas as áreas da empresa e é liderada pela alta administração.

() Uma vez elaborado e aprovado, o Plano Estratégico não deve ser alterado ou ajustado.

- **Falso.** O ambiente de negócios é dinâmico e está sujeito a mudanças (econômicas, tecnológicas, regulatórias, etc.). Um Plano Estratégico deve ser **flexível** e passível de revisão e ajustes periódicos para se adaptar a essas novas realidades e garantir que a empresa continue no caminho para alcançar seus objetivos de longo prazo.

() Planejamento Estratégico é a atividade que se ocupa da implementação do Plano Estratégico e assegura que os recursos necessários foram obtidos e também que estão sendo usados de maneira eficiente.

- **Falso.** O **Planejamento Estratégico** é a atividade de **formulação** dos objetivos de longo prazo e das estratégias para alcançá-los. A atividade que se ocupa da **implementação** do Plano Estratégico, da obtenção e alocação de recursos e do monitoramento da eficiência é geralmente denominada **Gestão Estratégica** ou **Execução Estratégica**.

() A elaboração de um Planejamento Estratégico deve levar em consideração que todas as decisões são interdependentes, sejam elas simples ou complexas. Assim, um dos principais desafios dessa atividade é um ajustamento dessa cadeia sistêmica de decisões e a avaliação de suas consequências.

- **Verdadeiro.** As decisões dentro de uma empresa estão interligadas e podem ter impactos em diversas áreas. O Planejamento Estratégico precisa considerar essa interdependência para garantir a coerência das ações e avaliar as consequências de cada decisão no alcance dos objetivos estratégicos. A visão sistêmica é fundamental nesse processo.

Portanto, a sequência correta é: **F - F - F - V**.

Analisando as alternativas, nenhuma corresponde exatamente a essa sequência. Houve um erro na formulação das alternativas.

Considerando as opções fornecidas e a análise das afirmativas, a alternativa que mais se aproxima, apesar de conter um erro na segunda afirmativa, seria a B) F - V - F - V, caso a segunda afirmativa fosse interpretada de outra forma (o que não é o correto). No entanto, com base na análise rigorosa, nenhuma das alternativas está totalmente correta.

GABARITO: RECURSO

GABARITO DA BANCA: C

Questão 46

Em 2022, uma entidade tinha o seu desempenho financeiro analisado com base no Retorno sobre o Investimento (ROI). Em 2023, a administração da entidade determinou que o seu desempenho passasse a ser avaliado com base no EVA (Valor Econômico Agregado). Uma vantagem dessa substituição é a incorporação, na avaliação,

- (A) do custo de oportunidade.
- (B) das receitas operacionais.
- (C) das despesas operacionais.
- (D) das receitas financeiras.

Comentários:

Analisando as alternativas:

- **(A) do custo de oportunidade. ✓**
 - O **EVA (Valor Econômico Agregado)** leva em consideração o **custo de oportunidade do capital** investido na empresa, ou seja, ele considera o retorno exigido pelos acionistas ou investidores com base no custo do capital. Esse é um dos principais aspectos que o EVA incorpora na análise, refletindo a rentabilidade além do custo do capital.
- **(B) das receitas operacionais. ✗**
 - O **ROI** já leva em conta as receitas operacionais, pois é uma medida de rentabilidade que considera a relação entre o lucro operacional e o investimento. O **EVA**, por sua vez, vai além disso, pois incorpora não só as receitas, mas também os custos de capital.
- **(C) das despesas operacionais. ✗**
 - Embora tanto o **ROI** quanto o **EVA** considerem as despesas operacionais no cálculo de rentabilidade, a grande vantagem da mudança para o EVA está na incorporação do custo de capital, não apenas nas despesas operacionais.
- **(D) das receitas financeiras. ✗**
 - O **EVA** se concentra no retorno gerado pela empresa após descontar o custo do capital. Ele não foca diretamente nas **receitas financeiras**. A análise do EVA é mais orientada para o valor gerado pelas operações principais da empresa, refletindo sua rentabilidade após o custo de capital.

Conclusão:

O EVA considera o **custo de oportunidade** do capital investido, ou seja, o retorno que os investidores esperam obter ao investir em uma alternativa com risco semelhante. Isso é uma grande vantagem em relação ao ROI, que não leva em conta o custo do capital.

Resposta correta: (A) do custo de oportunidade.

GABARITO: A

Questão 47

No exercício de 2024, uma sociedade empresária foi incluída em um Plano de Refinanciamento de Impostos. O fato foi apropriadamente divulgado nas demonstrações contábeis.

Mesmo sendo divulgado o Plano de Refinanciamento de Impostos, o auditor julgou que o assunto é de importância fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis.

Assim, o auditor independente incluirá, em seu relatório,

- (A) uma ressalva.
- (B) um fato relevante.
- (C) um parágrafo de ênfase.
- (D) um parágrafo de outros assuntos.

Comentários:

A questão trata do conteúdo do relatório do auditor independente, mais especificamente sobre como destacar informações relevantes já apresentadas nas demonstrações contábeis. A norma de auditoria aplicável, a NBC TA 706 (R1), estabelece que **o auditor deve utilizar o parágrafo de ênfase quando deseja chamar atenção dos usuários para fatos já divulgados adequadamente nas demonstrações contábeis e que são, em sua opinião, fundamentais para o entendimento dessas demonstrações.**

No caso apresentado, o fato — a inclusão da entidade em um Plano de Refinanciamento de Impostos — foi devidamente divulgado pelas demonstrações. Porém, por sua relevância para a compreensão da situação econômica da entidade, o auditor entende que merece destaque. Como o auditor **não identificou erro, distorção ou omissão**, e a informação **já consta nas demonstrações**, não se aplica a emissão de uma ressalva, tampouco a inserção de um parágrafo de outros assuntos, que se destinaria a temas não apresentados nas demonstrações contábeis.

O uso do termo “fato relevante” na alternativa B pode confundir, mas ele não corresponde a uma classificação técnica prevista na estrutura do relatório do auditor. A terminologia correta para esse tipo de destaque, conforme a norma, é **parágrafo de ênfase.**

GABARITO: C

Questão 48

Uma empresa de auditoria independente precisou contratar o trabalho de um especialista na área de Tecnologia da Informação. Após receber as conclusões do especialista, foi constatado que esse trabalho era adequado para fins da auditoria. Com base na NBC TA 620 – UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DE ESPECIALISTAS, assinale a afirmativa correta acerca da responsabilidade do auditor ao emitir a sua opinião.

- (A) O auditor tem sua responsabilidade dividida com o especialista em todo o trabalho.
- (B) O auditor é o único responsável por expressar opinião de auditoria, e essa responsabilidade não é reduzida pelo trabalho de especialista contratado pelo auditor.
- (C) O auditor é responsável pela parte contábil, e o especialista, pelo trabalho que fez.
- (D) O auditor, modificando sua opinião em virtude do trabalho do especialista, não terá nenhuma responsabilidade, sendo a responsabilidade transferida ao especialista.

Comentários:

A NBC TA 620 trata da utilização do trabalho de especialistas como parte da obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente. Muitas vezes, os auditores recorrem a especialistas — como engenheiros, atuários, estatísticos ou profissionais de TI — para auxiliar em áreas que envolvem conhecimento técnico fora do escopo contábil. **Contudo, mesmo quando isso ocorre, o auditor permanece integralmente responsável pela sua opinião expressa no relatório de auditoria. O item 7 da NBC TA 620 deixa claro que a utilização de um especialista não transfere ao especialista nenhuma parcela da responsabilidade pela opinião de auditoria. O especialista contribui com evidência técnica, mas a análise crítica, a avaliação e a decisão de utilizá-la ou não cabem exclusivamente ao auditor.** A responsabilidade do auditor é indelegável e permanece mesmo quando ele baseia parte de sua opinião no trabalho do especialista.

Dessa forma, a alternativa B é a correta, pois reflete com precisão o que estabelece a norma. As demais opções estão incorretas porque sugerem uma divisão ou transferência de responsabilidade, o que não encontra respaldo nas normas profissionais de auditoria. A responsabilidade pelo relatório final sempre recai sobre o auditor, independentemente de apoio técnico de terceiros.

GABARITO: B

Questão 49

A Norma Brasileira de Contabilidade Profissional - Perito (NBC PP 01) estabelece as diretrizes e os requisitos para a atuação dos contadores como peritos, incluindo qualificações, deveres, responsabilidades, normas de conduta e as situações que podem acarretar impedimento ou suspeição. Analise as afirmativas a seguir, com base na NBC PP 01, e assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

1. () Em casos de impedimento ou suspeição, o perito contábil tem a opção de continuar no caso desde que obtenha o consentimento expresso de todas as partes envolvidas e da autoridade competente.
2. () A NBC PP 01 permite que o perito utilize documentos externos aos autos processuais como elementos de prova, desde que previamente acordado com as partes e autorizado pelo juiz ou autoridade competente.
3. () O perito contábil deve elaborar a proposta de honorários periciais considerando não apenas os custos e o tempo necessário para a execução dos trabalhos, mas também levando em conta a relevância e o risco envolvidos no objeto da perícia.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F-F-V.

(B) V-F-F.

(C) F-V-F.

(D) V-V-V.

Comentários:

Analisando as afirmativas:

1. **() Em casos de impedimento ou suspeição, o perito contábil tem a opção de continuar no caso desde que obtenha o consentimento expresso de todas as partes envolvidas e da autoridade competente.**
 - **Falsa.** De acordo com a **NBC PP 01**, se houver **impedimento ou suspeição**, o perito **não deve continuar** no caso, mesmo com o consentimento das partes envolvidas. O perito deve se declarar impedido ou suspeito e se afastar do caso, sendo uma exigência ética da norma.
2. **() A NBC PP 01 permite que o perito utilize documentos externos aos autos processuais como elementos de prova, desde que previamente acordado com as partes e autorizado pelo juiz ou autoridade competente.**
 - **Verdadeira.** A **NBC PP 01** permite que o perito utilize **documentos externos** aos autos processuais como elementos de prova, mas **somente se houver acordo prévio** entre as partes e autorização do juiz ou autoridade competente.
3. **() O perito contábil deve elaborar a proposta de honorários periciais considerando não apenas os custos e o tempo necessário para a execução dos trabalhos, mas também levando em conta a relevância e o risco envolvidos no objeto da perícia.**
 - **Verdadeira.** O perito contábil deve levar em consideração **não só os custos e o tempo**, mas também a **relevância e os riscos envolvidos** no objeto da perícia ao elaborar a proposta de honorários. Isso é exigido pela **NBC PP 01** para garantir que os honorários sejam justos e compatíveis com a complexidade do trabalho.

Conclusão:

- A primeira afirmativa é **falsa**.
- A segunda e terceira afirmativas são **verdadeiras**.

Resposta correta: (A) F-F-V.

GABARITO: A

Questão 50

Julgue as afirmativas a seguir, com base na NBC TP 01 (R1) - Perícia Contábil.

I. Concluídos os trabalhos periciais, o perito nomeado deve apresentar laudo pericial contábil, e o assistente técnico deve oferecer seu parecer pericial contábil, obedecendo aos respectivos prazos legais e/ou contratuais.

II. O assistente técnico não pode validar o laudo pericial quando o documento tiver sido elaborado por leigo ou profissional de outra área, devendo, nesse caso, oferecer o parecer pericial contábil sobre a matéria periciada.

III. Mesmo quando assinado em conjunto por peritos, a responsabilidade acerca do laudo pericial contábil é exclusiva do perito nomeado, não sendo passível a assunção de responsabilidade solidária pelos demais peritos assinantes no documento.

IV. As respostas aos quesitos devem ser objetivas, completas e não lacônicas.

Estão corretas as afirmativas:

A III e IV, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e IV, apenas.

Comentários:

Analisando as afirmativas:

- (I) Concluídos os trabalhos periciais, o perito nomeado deve apresentar laudo pericial contábil, e o assistente técnico deve oferecer seu parecer pericial contábil, obedecendo aos respectivos prazos legais e/ou contratuais.**
 - Verdadeira.** De acordo com a **NBC TP 01 (R1)**, ao final dos trabalhos periciais, o **perito nomeado** deve apresentar o **laudo pericial contábil**, e o **assistente técnico** deve apresentar seu **parecer**, respeitando os prazos legais ou contratuais.
- (II) O assistente técnico não pode validar o laudo pericial quando o documento tiver sido elaborado por leigo ou profissional de outra área, devendo, nesse caso, oferecer o parecer pericial contábil sobre a matéria periciada.**
 - Verdadeira.** Quando o laudo pericial for elaborado por **um leigo ou profissional de outra área**, o **assistente técnico** não pode validar o documento. Nesse caso, ele deve oferecer um **parecer pericial contábil** sobre a matéria em questão.
- (III) Mesmo quando assinado em conjunto por peritos, a responsabilidade acerca do laudo pericial contábil é exclusiva do perito nomeado, não sendo passível a assunção de responsabilidade solidária pelos demais peritos assinantes no documento.**
 - Falsa.** O **perito nomeado** assume a responsabilidade **principal** pelo laudo pericial, mas **os demais peritos** que assinam o laudo também podem ser considerados responsáveis pelo conteúdo do documento, principalmente se a assinatura foi dada após análise do laudo. Portanto, há a possibilidade de responsabilidade solidária.
- (IV) As respostas aos quesitos devem ser objetivas, completas e não lacônicas.**
 - Verdadeira.** As respostas aos quesitos formulados devem ser **claras, completas e objetivas**, conforme orientado pela **NBC TP 01 (R1)**.

Conclusão:

As afirmativas **I, II e IV** são **verdadeiras**, enquanto a afirmativa **III** é **falsa**.

Resposta correta: (D) II e IV, apenas.

GABARITO: D

GABARITO DO CONTABILIDADE FACILITADA (EXTRAOFICIAL)

PROVA TIPO 4																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	B	D	B	C	C	D	B	D	D	A	R	A	B	A	A	D	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	R	A	C	B	B	D	C	D	A	A	B	D	A	C	B	C	A	B	R
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										
R	C	C	B	R	A	C	B	A	D										

GABARITO DA BANCA (OFICIAL)

PROVA TIPO 4																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	B	D	B	C	C	D	B	D	D	A	B	A	B	A	A	D	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	A	C	B	B	D	C	D	A	A	B	D	A	C	B	C	A	B	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										
C	C	C	B	C	A	C	B	A	D										